

Emanuel Coelho Cabral

Economia Solidária e Redução da Pobreza no Concelho de Santa Catarina de Santiago

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Campus Universitário da Cidade da Praia
Caixa Postal 775, Palmarejo Grande
Cidade da Praia, Santiago
Cabo Verde

15.12.10

Emanuel Coelho Cabral

**Economia Solidária e Redução da Pobreza no
Concelho de Santa Catarina de Santiago**

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Campus Universitário da Cidade da Praia
Caixa Postal 775, Palmarejo Grande
Cidade da Praia, Santiago
Cabo Verde

15.12.10

Emanuel Coelho Cabral, autor da monografia intitulada **Economia Solidária e Redução da Pobreza no Concelho de Santa Catarina de Santiago**, declara que, salvo fontes devidamente citadas e referidas, o presente documento é fruto do seu trabalho pessoal, individual e original.

Cidade da Praia, aos 05/04/10

Emanuel Coelho Cabral

Memória monográfica apresentada à Universidade Jean Piaget de Cabo Verde como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Serviço Social.

Sumário

O presente trabalho monográfico que se intitulado “**Economia Solidária e Redução da Pobreza no Concelho de Santa Catarina**” enquadra-se no âmbito do grau da licenciatura em Serviço Social realizado pela Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

As pessoas estão se organizando sob princípios democráticos, autogestionários e solidários para produzir determinados bens, oferecer serviços ou obter crédito colectivamente, como alternativa para gerar trabalho e renda e conseqüentemente reduzir a pobreza.

Trata-se da denominada “economia solidária”, cujos princípios são opostos aos do modo de produção capitalista. Em sua maioria, os empreendimentos económicos solidários surgem nas camadas mais pobres e excluídas da população.

Assim, essas organizações enfrentam dificuldades de toda ordem para serem criadas, legalizadas e desenvolvidas até atingir viabilidade económica e visibilidade social.

O estudo pretende conhecer o papel das organizações que actuam na área da economia solidária em Santa Catarina de Santiago e os seus contributos para o desenvolvimento comunitário.

Para que se possa alcançar os objectivos preconizados, utilizou-se a metodologia quantitativa e qualitativa, no tratamento dos dados, relação, comentário e análise dos dados e das informações.

O presente trabalho de investigação propõe evidenciar a influência da economia solidária no desenvolvimento sustentável do concelho de Santa Catarina de Santiago, e tem como objectivo analisar a contribuição das organizações que actuam na área da economia solidária no concelho de Santa Catarina de Santiago e identificar os principais constrangimentos ao desenvolvimento do concelho de Santa Catarina de Santiago.

Das análises das avaliações feitas, das informações das entrevistas feitas aos sujeitos da pesquisa, chegou-se a conclusão de que a economia solidária contribui para a redução da pobreza.

Palavras-chave: Economia; Solidária; Redução; Pobreza.

Dedicatória

Dedica-se este trabalho ao meu filho Filipe Emanuel, aos meus pais Albertina Coelho Varela e Lazaro Cabral Gomes.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à Deus pela oportunidade, força, coragem, saúde, inteligência, amor que me deu.

Ao meu Orientador, Professor Mestre Simão Paulo Rodrigues Varela, pelo esforço, pela paciência, preocupação, disponibilidade evidenciada e apoio que demonstrou, sempre compreensivo e disponível.

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago, Engenheiro Francisco Tavares pelo incondicional apoio.

A Dr.^a Elisabete Freitas Pinto Xavier e Ana Maria Carvalho, pelo apoio que me deram na organização das minhas ideias, e pela disponibilidade em atender às minhas preocupações.

Aos meus colegas que durante esse tempo estivemos juntos nessa batalha, partilhando conhecimentos, documentos, materiais.

Não poderia deixar de agradecer à minha família, em especial, à minha mãezinha que durante esse tempo, me mostrou carinho e amizade, pela força que me tem dado e pela ajuda nos meus momentos difíceis.

Conteúdo

Capítulo 2: Bibliografia.....	1
Introdução	15
1 Contextualização	15
2 Justificativa do tema	17
3 Hipótese	18
4 Pergunta de partida	18
5 Objectivos da pesquisa	18
5.1 Objectivo geral	18
5.2 Objectivos específicos	18
6 Metodologia.....	19
6.1 Amostra e sujeitos de pesquisa.....	19
6.2 Instrumentos de recolha dos dados e das informações	19
7 Estrutura do trabalho	20
8 Limitações ao estudo	20
Capítulo I: Quadro teórico	22
1.1 Definições de conceitos	22
1.2. Fundamentação teórica.....	32
Capítulo II: Caracterização da pobreza em Cabo Verde	44
2.1. Diagnostico da pobreza em Cabo Verde	45
2.2. Incidência e profundidade da pobreza em Cabo Verde.....	46
2.3. Nível de participação na actividade económica e taxa de desemprego	51
2.4. Pobreza e desigualdade em Cabo Verde.....	52
2.5. Estratégia de combate à pobreza em Cabo Verde	53
Capítulo III: Concelho de Santa Catarina de Santiago e seu Desenvolvimento	56
3.1. Enquadramento geral.....	56
3.2. Dinâmica demográfica.....	57
3.3. Situação socioeconómica.....	59
3.4. Situação ambiental.....	59
3.5. Associativismo e voluntariado.....	60
3.6. Economia solidária e redução da pobreza em Santa Catarina	62
3.7. Estratégia da autarquia local para a redução da pobreza	63
Capítulo IV: Resultado do trabalho de campo.....	67
Conclusão	80
Apêndice ou anexo	87
A.1 <Título do componente do apêndice ou anexo> <texto>	87

Quadros

Quadro 1: Incidência da pobreza em Cabo Verde.....	47
Quadro 2: Incidência da pobreza por género do chefe de família.....	47
Quadro 3: Taxa da pobreza das famílias pela actividade económica do chefe de família.....	48
Quadro 4: Condições de vida das famílias.....	49
Quadro 5: População residente no concelho de Santa Catarina.....	57
Quadro 6: Evolução da população do concelho de Santa Catarina.....	58
Quadro 7: Evolução da população rural e urbana de Santa Catarina	58

Tabelas

Tabela 1: Sexo dos inqueridos.....	68
Tabela 2: Cruzamento dos dados entre género a idade dos inqueridos.....	68
Tabela 3: Cruzamento dos dados dos inqueridos e organizações que actuam na área da economia solidária.....	69
Tabela 4: Cruzamento dos dados entre a actuação das organizações da economia solidária e o género dos inqueridos.....	71
Tabela 5: Cruzamento dos dados entre o género e a opinião dos inqueridos sobre a importância da economia solidária para a melhoria das condições de vida das populações...	72
Tabela 6: Cruzamento dos dados entre a união das pessoas para ajudarem entre si em casos de necessidades e género.....	72
Tabela 7: Cruzamento dos dados entre o género do inquerido e mudanças nas comunidades com a criação das organizações da economia solidária.....	73
Tabela 8: Cruzamento entre os dados entre o género do inquerido e a obtenção de apoios as organizações de economia solidária.....	74
Tabela 9: Cruzamento dos dados entre a organização que actua na área da economia solidária e opinião dos inqueridos sobre a contribuição das organizações de economia solidária.....	74
Tabela 10: Cruzamento dos dados entre a Opinião dos inqueridos sobre a união das pessoas para ajudarem entre si em casos de necessidade e Economia solidária e melhoria das condições de vida das populações.....	75

Gráficos

Gráfico 1: Repartição da pobreza por ilhas.....	50
Gráfico 2: Idade dos inqueridos.....	67
Gráfico 3: Organizações que actuam na área da economia solidária.....	69
Gráfico 4: Contribuição das organizações da economia solidária na redução da pobreza.....	70
Gráfico 5: Percepção dos inquiridos sobre a contribuição da economia solidária para a redução da pobreza.....	70
Gráfico 6: Opinião dos inquiridos a respeito da união e a ajuda entre si em casos de necessidades.....	71

Siglas

AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
ANMCV	Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde
ANSA	Agência Nacional de Segurança Alimentar
ARE	Agência de Regulação Económica
ARFA	Agência de Regulação do Controlo da Qualidade dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares
AT	Assistência Técnica
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
CFAA	Country Financial Accountability Assessment
CNDH	Comité Nacional para os Direitos Humanos
CPAR	Country Procurement Assessment Review
CRP	Comissão Regional de Parceiros
DECRP	Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza
DGCI	Direcção Geral da Cooperação Internacional
DGO	Direcção Geral do Orçamento
DGP	Direcção Geral do Planeamento
DGPE	Direcção Geral do Património do Estado
DGT	Direcção Geral do Tesouro
ECRP	Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
EMPA	Empresa Pública de Abastecimento

FAIMO	Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FR	Fundo Rodoviário
GEP	Gabinete de Estudos e Planeamento
GNSS	Global Navigation Satellite System
GOP	Grandes Opções do Plano
IDA	Agência Internacional para o Desenvolvimento
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGF	Inspeção-Geral das Finanças
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às Receitas e Despesas Familiares
IPRSP	Interim Poverty Reduction Strategy Paper
IUR	Imposto Único sobre o Rendimento
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
MFP	Ministério das Finanças e do Planeamento
NOSI	Núcleo Operacional da Sociedade da Informação
OGM	Objectivos Globais do Milénio
OMC	Organização Mundial do Comércio
PANA II	Programa de Acção Nacional para o Ambiente II
PCLP	Programa Concelhio de Luta Contra a Pobreza

PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Países Menos Avançados
PNADHC	Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos e Cidadania em Cabo Verde
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNLP	Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRGF	Poverty Reduction Growth Facility
QDMP	Quadro de Despesa de Médio Prazo
QDS-MP	Quadro de Despesa Sectorial de Médio Prazo
SEM	Sistema Estatístico Nacional
STAD	Secretariado Técnico de Apoio ao Desenvolvimento
ZEE	Zona Económica Exclusiva

Introdução

1 Contextualização

A preocupação primordial, principalmente dos organismos internacionais, dos governos e outros intervenientes sociais, de todo o mundo, é o fenómeno da pobreza e da exclusão social. Hoje, a globalização e o rápido desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação colocam novos desafios às organizações sociais, no sentido destes responderem eficazmente aos problemas emergentes.

Para um país como Cabo Verde, fustigado por poucos recursos financeiros, esses problemas atingem níveis elevados, acarretando, como é natural, consequências diversas como a desigualdade social e outros. Assim, reconhece-se a importância da organização da sociedade civil no desenvolvimento social e económico e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A redução da pobreza constitui um dos objectivos prioritários da política de desenvolvimento adoptados pelo governo de Cabo Verde (UCP/PNLP, 2001). O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) visa concretizar o objectivo preconizado, através de diversas actividades integradas nas políticas e estratégias de desenvolvimento regional e local.

O PNLP propõe-se a integração dos pobres na economia, a melhoria dos indicadores sociais quanto aos pobres, a mobilização social, o reforço da capacidade institucional na

implementação de actividades de planificação, coordenação e acompanhamento das acções de luta contra a pobreza.

De acordo com o IPRSP, (2001), a redução de assimetrias regionais, em particular entre o meio rural e urbano, a dinamização do crescimento económico e a equidade social, a melhoria da capacidade dos pobres e o desenvolvimento social, económico, humano e financeiro, a melhoria de infra-estruturas económicas e sociais das comunidades pobres, a maior atenção ao sector da educação, a maior mobilização social e o associativismo, entre outros, constituem elementos-chave do projecto de combate à pobreza.

Segundo Singer (2000), o avanço da economia solidária não pode prescindir inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, principalmente para resgatar comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permitam iniciar e desenvolver alguma forma de trabalho e de geração de renda, e sendo assim a redução da pobreza, o que é extensivo no concelho de Santa Catarina de Santiago.

A economia solidária propõe um questionamento sobre a forma de apropriação do lucro, que pode ser colectivo e não individual, o que significa uma verdadeira democracia na posse e controle dos bens de produção, na distribuição dos frutos produzidos para o seu consumo, o que em contra partida poderá contribuir para a redução da pobreza em cabo verde, particularmente no concelho de Santa Catarina de Santiago

Tanto as taxas de pobreza quanto o número de pobres decresceram dramaticamente: o critério de um dólar por dia caiu de 20% em 1970 para apenas 5% em 1998 da população mundial, enquanto pelo critério de dois dólares por dia a taxa reduziu-se de 44% a 8%. Em termos de "volume" humano, isso representou uma subtracção de aproximadamente 400 milhões de pessoas ao "stock mundial" de pobres entre aqueles dois anos. Ou seja, o "dramático e perturbador" aumento da pobreza e nas desigualdades no período recente da globalização simplesmente não ocorreu.

Existem condições para elaboração e implementação participativa de iniciativas de desenvolvimento local, no âmbito das acções de Luta Contra a Pobreza. O Programa confere

ao processo de desenvolvimento maior eficiência e eficácia, com resultados palpáveis e efeitos duradouros. As populações estão ávidas ao conhecimento e inovação.

É necessário trabalhar no sentido de reforçar o “empowerment” das Associações e de outras organizações da sociedade civil. A parceria continua sendo a chave para acções sustentadas de redução da pobreza. É Preciso uma visão moderna do Conceito de Parceria: Não tecnocrata, nem paternalista.

2 Justificativa do tema

A investigação sobre “Economia solidária e redução da pobreza no concelho de Santa Catarina de Santiago” situada a Norte da ilha, justifica-se pelo facto de ser uma cidade nova com uma população estimada em cerca de 49.829 habitantes e uma área de 243 km². É conhecido pela cidade com índice de pobreza muito elevado, onde a sua população depende, quase que, unicamente da agricultura e criação de gados, da pecuária, da remessa dos emigrantes e da pratica de vendas ambulantes, vivendo assim, na sua superioridade, em condições precárias.

Ainda a escolha do referido tema, justifica-se pelo facto de o autor ser desse Concelho e, sendo assim, sente-se tocado pelas insuficientes condições socio-económicas das famílias e, sobretudo, dos jovens e dos adolescentes naturais deste concelho.

Com base nessas considerações a escolha do tema “**Economia Solidária e a redução da pobreza no Concelho de Santa Catarina de Santiago**”, basea-se entre outras razões, nas seguintes:

- pertinência e actualidade do tema;
- necessidade pessoal de aprofundar os conhecimentos durante a parte curricular do curso;
- contribuição para compressão da problemática da pobreza e propor a economia solidária enquanto politica e paradigma para a sua resolução e minimização.

3 Hipótese

Para a realização desta investigação parte-se da hipótese de que a redução da pobreza/exclusão social em qualquer região, país, ou comunidade e em particular no concelho de Santa Catarina de Santiago depende sobretudo da dinamização da economia solidária.

4 Pergunta de partida

Partindo desses pressupostos para a realização deste trabalho coloca-se a seguinte pergunta de partida:

De que forma é a economia solidária pode contribuir para a redução da pobreza no concelho de Santa Catarina de Santiago?

5 Objectivos da pesquisa

5.1 Objectivo geral

Analisar a relação entre a economia solidária e a redução da pobreza no concelho de Santa Catarina de Santiago.

5.2 Objectivos específicos

O presente trabalho tem, entre outros, os seguintes objectivos específicos:

- identificar os principais constrangimentos ao desenvolvimento do concelho Santa Catarina de Santiago;
- evidenciar a relação entre a economia solidária e a redução da pobreza e exclusão social nesse concelho;

- propor medidas e estratégias para a redução da pobreza no concelho Santa Catarina de Santiago.

6 Metodologia

Para a realização da investigação, utilizou-se a metodologia quantitativa e qualitativa, pelo que aplicou-se os inquéritos aos sujeitos de pesquisa para, com base no programa informático SPSS15, fazer o tratamento e análise dos dados e, poder confirmar a hipótese e a pergunta de partida formuladas, os objectivos traçados e, explicar a importância da economia solidária para o desenvolvimento e redução da pobreza no concelho Santa Catarina de Santiago.

Para a colecta de informação, utilizou-se também, a técnica de entrevista para conhecer as opiniões de alguns responsáveis dos serviços que actuam na área da economia solidária no concelho.

6.1 Amostra e sujeitos de pesquisa

O presente estudo foi feito no concelho de Santa Catarina de Santiago, e foi aplicado 5 (Cinco) entrevistas a diferentes instituições do concelho, ao Director do Centro de Juventude de Santa Catarina, ao Coordenador do Programa de Luta contra Pobreza em Santa Catarina, ao Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago, ao responsável da Morabi em Assomada e ao Coordenadora da BORNEfonden em Assomada, e 40 (quarenta) inquéritos aos membros ou não de associações desse concelho, constituindo assim os sujeitos de pesquisa, com o objectivo de obter as informações indispensáveis a realização do trabalho.

6.2 Instrumentos de recolha dos dados e das informações

6.2.1 Estudo documental

Para a realização do presente trabalho fez-se o estudo documental sobre a economia solidária e redução da pobreza no concelho de Santa Catarina de Santiago.

6.2.2 Entrevistas

Realizou-se 5 entrevistas aos sujeitos de pesquisa, com o objectivo de se inteirar sobre a economia solidária e o seu impacto na redução da pobreza em Cabo Verde e, em particular, no Concelho de Santa Catarina de Santiago.

6.2.3 Inquéritos

Foi aplicado 41 inquéritos as associações, para conhecer a opinião dos membros da comunidade em estudo sobre a economia solidária e relacioná-lo com a redução da pobreza na mesma.

7 Estrutura do trabalho

Para que o trabalho tenha uma sequência lógica, para além das partes pré-textuais e pós-textuais, da introdução e da conclusão, encontra-se estruturado em cinco capítulos, a saber:

No primeiro capítulo, **Quadro Teórico**, fez-se a definição dos conceitos e a fundamentação teórica.

No segundo capítulo, **Caracterização da Pobreza em Cabo Verde**, apresentou-se o diagnóstico da Pobreza, a incidência e profundidade da pobreza, Pobreza e desigualdade, e a Estratégia de combate à pobreza em Cabo Verde

No terceiro capítulo, **Concelho de Santa Catarina e o seu Desenvolvimento**, abordou-se uma breve descrição, para de seguida fazer o enquadramento macroeconómico do concelho.

No quarto capítulo, **economia solidária e redução da pobreza no concelho de Santa Catarina de Santiago**, faz-se a análise e comentários das entrevistas e questionários aplicados aos sujeitos de pesquisa.

Ainda, apresentou-se a conclusão do trabalho.

8 Limitações ao estudo

Os trabalhos científicos exigem muita pesquisa, muita investigação, muito trabalho e sobretudo muito rigor, no entanto na realização de qualquer trabalho de investigação desta natureza, enfrenta-se inúmeros constrangimentos, nomeadamente:

- limitação do tempo;

- indisponibilidade, em certos casos, por parte dos sujeitos de pesquisa em conceder entrevista;
- os avultados recursos para a realização desta monografia; e
- falta de documentos na área.

Capítulo I: Quadro teórico

1.1 Definições de conceitos

- **Economia solidária**

A economia solidária é um modo específico de organização de actividades económicas. Ela se caracteriza pela autogestão, ou seja, pela autonomia de cada unidade ou empreendimento e pela igualdade entre os seus membros, o que segundo Singer (2002:64) pode ser definido

“o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa colectiva, com certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade. Tolerar ou mesmo estimular a formação de empreendimentos alternativos aos padrões capitalistas normalmente aceites, tais como cooperativas autogeridas é, objectivamente falando, uma forma de reduzir o passivo corrente que se materializa em ondas de crescentes de desemprego e falências. (...) Tais empreendimentos encontram potencialmente no trabalho colectivo e na motivação dos trabalhadores que os compõem, uma importante fonte de competitividade reconhecida no capitalismo contemporâneo. Enquanto no fordismo a competitividade é obtida através das economias de escala e de uma crescente divisão e alienação do trabalho associadas a linhas produtivas rígidas – automatizadas ou não -, na nova base técnica que está se configurando, uma importante fonte de eficiência é a flexibilização.”

A definição da economia solidária está ligada a relação entre o trabalhador e os meios de produção, sendo que para Singer (2002:4):

“a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. (...) A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro mas a quantidade e a qualidade do trabalho”

A economia solidária, então, apresenta-se como uma reconciliação do trabalhador com seus meios de produção e fornece, de acordo com Gaiger (2003), uma experiência profissional fundamentada na equidade e na dignidade, na qual ocorre um enriquecimento do ponto de vista cognitivo e humano. Com as pessoas mais motivadas, a divisão dos benefícios definida por todos os associados e a solidariedade, pelo que:

“o interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso do empreendimento estimula maior empenho com o aprimoramento do processo produtivo, a eliminação de desperdícios e de tempos ociosos, a qualidade do produto ou dos serviços, além de inibir o absenteísmo e a negligência” (Gaiger: 2002:34).

Um dos conceitos, então, que está intrinsecamente ligado à realização de um empreendimento solidário e desenvolvimento local. Com a grande tendência de aumento do rendimento do trabalho associado, há a busca por promover o desenvolvimento local dos aspectos económicos e sociais, sendo que este define-se como o:

“processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local” (Jesus apud Cattani, 2003:72).

Segundo Gaiger (2002),

“quatro características económicas fazem parte do modo de produção capitalista, essas são: produção de mercadorias com único objectivo de comercialização; separação dos trabalhadores dos meios de produção; transformação do trabalho em mercadoria por meio do empregado assalariado; e existência do lucro e da acumulação de capital por parte do empregador que detém os meios de produção.

O principal elemento do modelo capitalista é ser desigual e combinado, onde parte dos trabalhadores é bem sucedida, o restante perde suas qualificações e muitos se tornam miseráveis (Singer, 2004). Isso se dá devido a uma crescente valorização da competição, que, ao contrário do senso comum, não é antagónica à cooperação. Ambas coexistem e o que caracteriza o modo de produção em que a sociedade se baseia é a predominância de uma ou outra.

Quando a competição sobressai em relação à cooperação, a grande tendência é a exclusão daqueles que fracassam ou não estão aptos, enfraquecendo o ambiente sistemicamente. Em contrapartida, quando a cooperação preside as relações, cria-se um ambiente tolerante e igualitário, tornando possíveis processos de recuperação de economias abaladas (Myral apud, Arroyo: 2008).

A economia solidária, conforme Wautier apud Cattani (2003:110), é orientada do ponto de vista sociológico e: “acentua a noção de projecto, de desenvolvimento local e de pluralidade das formas de actividade económica, visando à utilidade pública, sob forma de serviços diversos, destinados, principalmente, mas não exclusivamente, à população carente ou excluída”

È de destacar que a economia solidaria é fundada em relações nas quais as práticas de solidariedade e reciprocidade não são utilizadas como meros dispositivos compensatórios, mas sim factores determinantes na realidade da produção da vida material e social.

O conceito vai além e agrega ao conceito a noção não apenas de geração de postos de trabalho, mas sim uma colaboração solidária:

“...ao considerarmos a colaboração solidária como um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de co-responsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar-se o máximo possível do exercício concreto da liberdade pessoal e pública, introduzimos no cerne desta definição o exercício humano da liberdade...” (Mance, 1999:178).

Segundo França Filho e Laville (2004), enquanto conceito, a expressão economia solidária elabora-se em França, no início dos anos 90, fruto, sobretudo das pesquisas desenvolvidas no Crida em Paris *Centre de Recherche et d'Information sur la Democratie et l'Autonomie*, sob a coordenação de Jean Louis Laville, visando exactamente dar conta da emergência e do desenvolvimento do fenómeno de proliferação das iniciativas e praticas socioeconómicas diversas, as chamadas iniciativas locais na Europa.

Elas assumem, na maioria dos casos, a forma associativa e buscam responder a certas problemáticas locais específicas. Esta expressão, economia solidária, vem, assim, num

primeiro momento, indicar, por um lado, a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade, e, por outro lado, sugerir a inscrição da solidariedade no centro mesmo da elaboração colectiva de actividades económicas.

Para Singer (2003), a extraordinária variedade de organizações que compõem o campo da economia solidária permite formular a hipótese de que ela poderá estender-se a muitos campos de actividade económica, englobando diversas formas de cooperativas de produção, de serviços, de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários e organizações populares, no campo e na cidade.

A economia solidária é o projecto, que em inúmeros países há dois séculos, trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e programando.

A solidariedade não se limita aos mais próximos, com os quais a pessoa pobre se identifica. A mesma pessoa que se mostra solidária com parente e vizinhos disputa com unhas e dentes qualquer oportunidade de ganho contra outras que lhe são estranhas. E muitos deles aceitam e interiorizam os valores do individualismo que fundamentam a instituição do capitalismo.

Ainda segundo Singer (2002), a economia solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção – o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins lucrativos -, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a super estrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses.

Mesmo sendo hegemónico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda a população economicamente activa e todas as formas de produção.

A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de

capital, se conscientiza de que é do seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social.

Com base em Singer, que considera a cooperativa de produção a modalidade básica de economia solidária, definimos, no âmbito deste trabalho, como economia solidária todo empreendimento que se organiza, estrutura e funciona com base nos seguintes princípios:

- posse colectiva ou compartilhada dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir;
- gestão democrática do empreendimento, por meio de participação directa ou por representação;
- divisão por igual, entre todos os trabalhadores, do direito de decisão;
- destinação do excedente segundo critérios aprovados por todos; e
- reputar com finalidade básica a quantidade e a qualidade do trabalho e não a maximização do lucro.

Dada a diversidade e abrangência do universo da economia solidária relativamente ao campo mais restrito e homogéneo do cooperativismo tradicional, como esforço de identificação desse universo de experiências, França Filho e Laville (2004), propõem alguns critérios norteadores das iniciativas de economia solidária. Os critérios sugeridos reflectem cinco grandes traços característicos das iniciativas de economia solidária:

- a pluralidade de princípios económicos indica que em tais experiências articulam distintas fontes de recursos, no mercado por meio de venda e prestação de serviços; entre os poderes públicos, por intermédio das várias formas de subsídios, oriundos tanto de instituições governamentais quanto não governamentais; e aqueles recursos oriundos das praticas recíprocitárias, como trabalho voluntário, as doações, e as mais diversas formas de trocar de dádivas;
- os empreendimentos de economia solidária tendem a promover um equilíbrio dinâmico entre estas três fontes de recursos, que representam três princípios de

comportamento económico e reflectem três lógicas de acção que atravessam a dinâmica da iniciativa. O princípio da reciprocidade tende a desempenhar um papel importante neste jogo de tensão que caracteriza tais empreendimentos. Porém, os casos em que os recursos ao mercado ou aos poderes públicos exercem papel preponderante na iniciativa indicam sua tendência á descaracterização enquanto economia solidária;

- os casos dos clubes de troca representam uma excepção em relação a este ponto, uma vez que se encontram essencialmente fundados numa dimensão recíprocitária, estando ausente qualquer forma de recurso mercantil ou não mercantil;
- a autonomia institucional significa, sobretudo, a autonomia de gestão do empreendimento, o que não impede sua interdependência em relação a outras organizações, sob a forma de parcerias ou arranjos interinstitucionais de cooperação que preservam sua autonomia;
- a democratização dos processos decisórios significa supor a existência de mecanismos de decisão interna nessas formas de organização que são colectivos ou baseados no ideal de participação democrática dos seus associados;
- asociabilidade comunitário-pública observa-se, em geral, uma tentativa simultânea de combinação singular entre valorização das relações comunitárias e afirmação do princípio de alteridade;
- a finalidade multidimensional indica que, ao lado da dimensão económica, a organização internaliza uma dimensão social, cultural, ecológica e política, no sentido de projectar-se em espaço público; e
- o económico aqui acaba servindo como um meio para a realização do objectivo do empreendimento que se define, prioritariamente, em termos sociais, políticos ou ecológicos. Portanto, as iniciativas devem afirmar, do ponto de vista do seu grau de referencialidade, um carácter heterocentrado. Ou seja, elas não se limitam apenas aos

seus membros internos e voltam-se para questões que estão no seu entorno ou na sociedade mais ampla, portanto, questões públicas.

- **Solidariedade**

Na perspectiva de França Filho e Lavelle (2004), um sistema económico baseado na economia mercantil não pode ser concebido sem a instituição prévia de uma comunidade política, fixando-se como horizonte a liberdade e a igualdade entre todos os homens. Esta afirmação de um laço político manifesta a ruptura de fundamental da modernidade que reside na extinção de toda a transcendência.

A emancipação, no que diz respeito aos costumes e á tradição, se traduz pela perda de evidência do sentido do mundo, pelo desencantamento do mundo ao ser despojados da magia, diria o Weber (1996). Confrontando-se, assim, o homem com a pluralidade de valores, tal emancipação gera a questão do tipo de laço social próprio á modernidade, induzida pela existência de um laço político.

Para além do utilitarismo, impõe-se novamente a necessidade de conceituar o laço moderno. “ Nesta óptica, Leroux elabora a noção de solidariedade: ‘A natureza não criou nenhum ser para ele próprio (...) ela os criou uns para os outros, e colocou entre eles uma solidariedade recíproca’ (...). ‘Através desta, apenas pelo facto dos homens existirem e terem entre si relações, a sociedade existe (...). Há, portanto, necessariamente e divinamente comunhão entre os homens’ (...)”. (Filho e Lavelle, 2004:42).

Para os autores engajados nas associações operárias, a regulação da economia não poderia ser confiada apenas ao mercado, era preciso agir em favor de uma economia plural que admitisse outros princípios além do mercado. Para eles, o *laissez-faire* liberal desemboca numa desigualdade contrária aos ideais republicanos e eles preferiam elaborar novos modos de regulação social pelo trabalho, indo até a sua sacralização para alguns.

Segundo Lavelle (2004), solidariedade é um conceito central na resistência à sociedade de mercado e defende, com base em Mauss, que há um ligação particular na modernidade, entre reciprocidade e redistribuição.

Na sua perspectiva de Laville 2004, a solidariedade não podia ser idealizada. A inclinação para ajudar o próximo, valorizada como elemento constituinte da cidadania responsável, carrega em si a ameaça de um “dom sem reciprocidade”, permitindo apenas como retorno uma gratidão sem limites e criando uma dívida que não poderá jamais ser honrada por seus beneficiários. Afinal, as ligações de dependência pessoal favorecem o risco de manter donatários em situação de inferioridade. De outra forma, é possuidora de um dispositivo de hierarquização social e de manutenção de desigualdades apoiado nas redes sociais de proximidade.

No entanto, a esta versão “benevolente” opõe-se a versão da solidariedade como princípio de democratização da sociedade resultando de ações coletivas. Esta segunda versão supõe uma igualdade de direitos entre pessoas que dela participam. Menos presente nos países anglo-saxónicos, ela modificou em partes as realidades sul-americanas e europeias continentais. Ao retratar sua gênese, a solidariedade democrática, à qual se relaciona prioritariamente a economia solidária, revela seu tamanho tanto histórico como teórico.

Contra o “capitalismo utópico”, a solidariedade constitui o conceito mobilizado para inventar proteções susceptíveis de limitar os efeitos perturbadores da economia de mercado. Além disso, a solidariedade democrática aparece sob duas faces, uma de reciprocidade, designando o elo social voluntário entre cidadãos livres e iguais (contrastando com a caridade e a filantropia), outra redistributiva, designando normas e prestações estabelecidas pelo Estado para reforçar a coesão social e corrigir desigualdades.

A interdependência evolutiva entre ações associativas e públicas é também um dos principais ensinamentos em uma retrospectiva histórica. Não se trata, com a reactualização da economia solidária, de substituir o Estado pela sociedade civil, mas de combinar a solidariedade distributiva com uma solidariedade mais recíproca para reforçar a capacidade de auto-organização da sociedade.

A diferença entre reciprocidade e distribuição não se deve fazer esquecer que elas conhecem um engendramento mútuo a partir da referência comum à solidariedade.

Com base em Mauss e Jaurés, perspectiva Laville (2004), que o conceito de solidariedade democrática leva então a insistir sobre as relações estreitas entre dádiva, reciprocidade e redistribuição, em vez de sublinhar suas diferenças.

Essa noção de solidariedade, subjacente ao conceito de economia solidária adoptado no âmbito desta monografia, França Filho e Laville (2004), apresentam uma perspectiva segundo a qual a economia solidária pode representar formas inéditas de acção pública, participando de uma tendência actual de desenvolvimento de novas formas de solidariedade, particularmente importante de sublinhar, uma vez que ela parece constituir uma forte tendência dos chamados novos movimentos sociais (Scherer - Warren & Gohn, 1997).

Ora, isso significa pensar que o tipo de solidariedade que se elabora nestas experiências, por um lado, não se define propriamente como solidariedade abstracta (estatal), pois trata-se de indivíduos engajando-se voluntariamente em projectos colectivos concretos, emanados do seio da sociedade civil e não meros assistidos, gozando ou tendo acesso a certos direitos de modo passivos. Por outro lado, nem tampouco se trata de uma forma típica de solidariedade tradicional (características dos chamados grupos primários), pois a acção organizacional tende a não se fechar num pequeno grupo de beneficiários.

A vocação de tais iniciativas parece ser a de combinar a dimensão pública da primeira (novas formas de solidariedade), com a força dos laços comunitários da segunda (solidariedade tradicional), resultando em dinâmicas comunitárias abertas á alteridade, ou que se projectam num espaço público, criando em alguns casos o que se poderia chamar de espaços públicos de proximidade.

- **Pobreza**

Dado a estreita relação – embora em termos de campos e lógicos absolutamente opostos – entre economia solidária e pobreza; considerando a associação entre o tema do desenvolvimento local e a questão do combate á pobreza; atendendo a omnipresença da problemática da pobreza na preocupação e no objecto desta pesquisa; considerando ainda o facto de a pobreza ser, por natureza, um fenómeno histórico estrutural, complexo e multifacetado, coloca-se, então, a questão de se saber qual o conceito da pobreza que melhor

ajusta ao objecto desta pesquisa, aos princípios e ao conceito de economia solidária por nó adoptados.

Normalmente o conceito de pobreza se prende ao acesso de bens materiais e simbólicos por parte dos diversos membros de uma dada comunidade ou sociedade. E este acesso pode ser considerado de forma absoluta ou relativa. No primeiro caso o conceito refere-se a insuficiência de bens que dão acesso aos membros de uma comunidade para terem uma vida socialmente digna, tendo mais comumente como averiguação de uma determinada renda. No segundo refere-se a uma comparação no acesso aos bens por parte dos membros de uma comunidade considerando-se pobres os que se encontram na base da pirâmide social.

O conceito da pobreza, formulado por Demo (2003), associado à ideia do PNUD de conceber desenvolvimento como oportunidade, consubstancia, sintetiza e sinaliza um caminho para uma abordagem mais inteligível possível do árduo e complexo processo de luta, senão para erradicação da pobreza, pelo menos para a sua redução, e, conseqüentemente, para a construção, a nível das comunidades objecto desta pesquisa, de condições de vida mais justas e igualitárias para os seus habitantes.

Porém, carência material não torna pobreza questão social (Castel, 1998), porquanto esta surge quando a pobreza se apresenta como desigualdade, marginalização, repressão. Melhor ainda, conforme Nascimento (2000), quando a desigualdade é percebida como injusta.

Pesquisadores e técnicos da área da pobreza tendem a se fixar em seus aspectos materiais e, melhor ainda, pela mensuração indirecta, e apenas na renda, pela razão metodológica óbvia: é mais fácil formalizar dados empíricos quantificáveis e a renda presta-se muito bem a isso.

Demo tenta mostrar que a estas duas facetas é forçoso acrescentar outras, em particular a política, dentro da hipótese de que o cerne mais duro da pobreza é político. Exclusão social mais drástica não é só não dispor de bens essenciais. É, sobretudo, não conseguir alçar-se á condição de sujeito capaz de comandar seu destino. Nega-se não só o acesso aos bens materiais, mas principalmente a autonomia emancipatória; a capacidade de lutar pela vigilância dos seus direitos.

O conceito de pobreza política, na perspectiva deste autor, coloca em perigo o entendimento usual da pobreza como simples carência ou vulnerabilidade material. Por mais que esta face seja decisiva, ela é apenas uma delas e possivelmente não a central. A pobreza surge quando bens escassos se tornam bens privilegiados, em sentido material e imaterial. Seu cerne é destruição de teor político, ou seja, injusta, historicamente produzida e mantida.

Ser pobre não é apenas não ter, mas, sobretudo, ser impedido de ter e, muito pior ainda, de ser, o que desvela situação de exclusão.

Ainda, Demo (2003:41-42) ressalta que:

“mais que não ter”, trata-se de “ser impedido de ser”. Pobreza política releva, ao lado da materialidade sempre implicada, a depredação qualitativa da sociedade, impedida de tornar-se sujeito consciente e organizado do seu destino. Pobreza mais dura, humilhante é a do pobre que sequer sabe que é coibido de saber que é pobre, não atinando para a injustiça da sua condição histórica. Existe aí, irrecusavelmente, o lado da destituição material, indicado por tudo que os pobres ‘não têm’, mas o problema mais agudo e essencial é a dilapidação do ser humano como ser humano, reduzido a massa de manobra, objecto de manipulação. Pobreza cabal é ser tolhido de conceber e realizar projecto próprio e efectivo contra ela. Este ‘não ser’ é o cerne de ‘não ter’. Diz-se que o sistema não teme pobre com fome, teme pobre que sabe pensar”.

Não é possível combater a pobreza sem o pobre, conservando-o como objecto de esmolas ou simples beneficiário. Antes de tudo é preciso conseguir que o pobre se faça sujeito da sua própria história, sabendo ler criticamente sua condição social. Pobre irremediável é quem sequer consegue saber que é pobre, atribuindo sua condição á vontade de Deus, ao destino, a mau jeito ou á falta de sorte, como se fosse natural e incontornável ser pobre.

O realce dado à pobreza política não retira a importância de carência material, nem da assistência. Não se pode, porém, confundir o mais importante com o mais imediato. Fome mata mais rápido que falta de escolaridade, mas o entendimento de ambas é crucial para a qualidade de vida humana.

1.2. Fundamentação teórica

O contexto sociopolítico-económico da actualidade, principalmente com as consequências da revolução tecnológica das últimas décadas, que permitiram uma maior troca de informações e

de produtos entre pessoas, instituições e organizações ao redor do mundo, gerou um crescimento das trocas comerciais e uma maior integração dos mercados mundiais. Contexto este chamado de globalização.

O mundo parece que diminuiu, houve uma compressão do espaço-tempo de modo que, devido ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, e da computação (fibra óptica, satélites, computadores), as distâncias parecem ter diminuído. As distâncias percorrem-se agora a velocidades superiores às do som, e as comunicações entre os seres humanos, estejam onde estiverem, fazem-se à velocidade da luz (Harvey, 1992).

Com as transformações mundiais ocorridas nas últimas três décadas em termos de relações económicas, reordenamentos políticos, desenvolvimento técnico e tecnológico, tem-se a impressão de que não há mais espaço para que todas as pessoas tenham condições de sustentação e reprodução da vida através o trabalho.

O desafio enfrentado por maioria das pessoas se traduz na necessidade de inventar ou reinventar novas formas de trabalho. De entre elas surgem as organizações e iniciativas económicas fundadas numa lógica aposta ao sistema capitalista vigente: a chamada “economia solidária” ou o “novo cooperativismo”.

A prática da solidariedade toma o lugar da competição, pois o ganho de cada um depende directamente do ganho dos outros, reduzindo-se a possibilidade de alguns se beneficiarem em detrimento de outros.

A economia solidária propõe um questionamento sobre a forma de apropriação do lucro, que pode ser colectivo e não individual, significando uma verdadeira democracia na posse e controle dos bens de produção, na distribuição dos frutos produzidos e na organização igualitária do trabalho, produção e consumo.

O que se pode observar através das experiências de economia solidária, principalmente as existentes em Cabo Verde, bem como em relação ao funcionamento de pequenas cooperativas populares e associações pautadas nos princípios da economia solidária, são muitas dificuldades e problemas, como por exemplo: falta de recursos para início das actividades,

precária qualificação profissional dos envolvidos, limites ao exercício da gestão democrática, falhas na formação dos membros das organizações em relação aos princípios cooperativistas, não acessibilidade a linhas de financiamento e crédito, falta de assessoria e planeamento económico, contabilidade e jurídico, entre outros.

Os dados estatísticos em todo o planeta mostram crescentes índices de pobreza. Apesar da pobreza mais severa se encontrar nos países subdesenvolvidos, esta existe em todas as regiões.

A cidade de Santa Catarina de Santiago situada a Norte da ilha, onde encara-se sérios problemas em termos socio-económicos, que podem ser resolvidos se as inúmeras iniciativas comunitárias levadas a cabo através de associações comunitárias de desenvolvimento, ONGs, Câmaras Municipais e outros parceiros de desenvolvimento social, apostarem no processo de desenvolvimento de uma “economia assente na solidariedade e inclusão social”.

O caminho que leva à construção da ideia de uma economia solidária passa necessariamente pelo surgimento dos primeiros empreendimentos associativistas e cooperativistas (Filho, 2002).

A economia solidária se origina na Primeira Revolução Industrial, como reacção dos artesãos expulsos dos mercados pelo advento da máquina a vapor. Na passagem do século XVIII ao Século XIX, surgem na Grã-Bretanha as primeiras Uniões de Ofícios (Trade Unions) e as primeiras cooperativas. Com a fundação da cooperativa de consumo dos pioneiros equitativos de Rochdale (1844) o cooperativismo de consumo se consolida em grandes empreendimentos e se espalha pela Europa primeiro e depois pelos demais continentes.

Com as revoluções de 1848, surgem na França cooperativas de produção a partir de empreendimentos capitalistas abandonados pelos donos. E a partir de 1850 são criadas na Prússia as primeiras cooperativas de crédito urbanas (por Schulze-Delitsch) e rurais (por Raiffeisen).

Durante a segunda metade do século XIX e a maior parte do século XX, o cooperativismo se difunde e adquire considerável poderio económico. As grandes cooperativas singulares e

federadas (de 2º grau, 3º grau e superiores) se empenham na disputa dos mercados com grandes conglomerados capitalistas e acabam assimilando seus métodos de gestão. No caso das cooperativas de consumo, a administração passa a ser dominada por profissionais assalariados e os sócios ficam frequentemente reduzidos à condição de meros clientes.

Com a Terceira Revolução Industrial, a partir dos 1980, a exclusão de grande número de trabalhadores do mercado se repete, o que anseia o surgimento de um novo cooperativismo, muito mais próximo de suas origens históricas. Novas formas institucionais de autogestão são inventadas e passam a ser conhecidas como "economia solidária".

A Economia Solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reacção ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. Enquanto o capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito de propriedade individual, a economia solidária é outro modo de produção individual, cujo princípios básicos são a propriedade colectiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (Singer, 2002). Assim, enquanto um aponta para a obtenção do lucro como meta final, o outro arranjo procura garantir o direito das pessoas viverem uma vida com sentido.

Cabe lembrar que no contexto histórico vivido pela Europa do século XIX e que desencadeou todo o movimento cooperativista, iniciou-se o que se conhece por Economia Social, que estava ligada ao direito ao trabalho, representando alternativa ao sistema produtivo capitalista que tornava-se hegemónico naquele momento.

A Economia Social dividiu-se em duas vertentes, uma que se voltou para a economia não-mercantil caracterizada pelo mutualismo, com uma proposta de total submissão ao poder público e outra que se voltou para a economia mercantil (que responde às regras do mercado) ocupando lacunas onde o sistema capitalista permanecia fraco, representado pelo cooperativismo.

A Economia Solidária é entendida como uma evolução da Economia Social. Ou seja, apesar de compartilhar o contexto histórico nascente em relação ao cooperativismo e associativismo e que representa o advento da Economia Social, não pode ter a mesma definição, pois a sua proposta está além dessas vertentes.

Ainda é de realçar que, a Economia Solidária pretende uma nova forma de relacionamento onde ela não vai se sustentar, somente nas relações com a economia ou então com o Estado, mas, acima de tudo vai exigir um olhar para a economia, bem como para as relações tecidas com o Estado e a sociedade.

França Filho e Laville (2004) observam que as sociedades tradicionais priorizavam a manutenção dos vínculos sociais em relação à produção de riquezas, tornando a economia imbricada nas relações sociais. Porém, na actualidade, presencia-se uma legitimação da economia de mercado onde esta reside num desejo da pacificação das relações sociais mediante a busca da satisfação dos interesses individuais.

A actual concepção de economia de mercado cria uma dissociação entre o plano económico e o social o que elimina o debate político das questões económicas. Contudo a Economia Solidária preza por um mercado pautado na economia social, criando relações que “examinam as condições, permitindo conciliar o modo de produção económico com uma redução da pobreza que ameaça a ordem estabelecida” (Filho e Laville, 2004:50).

A Economia solidária, portanto, sinaliza para uma articulação entre a economia mercantil (mercado), não-mercantil (governo) e não-monetária (dádiva) convergindo para a solidariedade que será o centro de uma relação pautada em objectivos de natureza social, política e cultural (França Filho; Laville, 2004).

Essa articulação abre caminho para o desenvolvimento da proposta de uma economia plural, contudo, como ainda se mostra uma prática em construção, convive com lacunas no âmbito das políticas públicas e no controle social que transformaram em metas sociais a serem perseguidas.

A Economia Solidária preza pela criação de instituições que fortaleçam a construção do marco legal para o fomento de empreendimentos solidários (França e Filho & Laville, 2004).

As acções do Estado em relação à Economia Solidária são entendidas como forma de fortalecimento do movimento, entre elas a criação da Secretaria Nacional de Economia

Solidária (SENAES), assim como inúmeros programas de governo em diversos municípios que acatam e apoiam essa iniciativa.

Deve-se ter presente que mudar o contexto sociopolítico que envolve a economia solidária representa a principal meta social de seus actores, que precisam movimentar-se em meio a contradições de ordem política, cultural e estrutural, reconhecendo-se como propagadores de uma ideologia voltada para a solidariedade e cooperação a fim de conquistar o seu espaço.

A opção pelo paradigma da dádiva, justifica-se, essencialmente, pela sua força crítica, presente em sua capacidade de ultrapassar certas clivagens conceituais usuais em ciências sociais, sob as quais não se deixa apreender o fenómeno da economia solidária.

Para Santos (2002), qualquer análise que procure sublinhar e avaliar o potencial emancipatória das propostas e experiências económicas não capitalistas que têm sido feitas por todo mundo devem ter em conta que, face ao seu carácter anti-sistémico, essas experiências e propostas são frágeis e incipientes. Daí a proposta de uma perspectiva de análise que o autor denomina de “*hermenêutica das emergências*”, uma abordagem que interpreta de maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem á hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas económicas baseadas em princípios não capitalistas, ampliando e desenvolvendo as características emancipatórias dessas alternativas tornando-as mais visíveis e credíveis.

França Filho e Laville (2004), sublinham que sobre o termo economia solidária parece repousar um valor heurístico fundamental, aquele de pretender reflectir uma tendência actual, verificada em diferentes partes do mundo, de proliferação de iniciativas autónomas de grupos organizados na sociedade civil, com o intuito de produção de actividades económicas de modo distinto daquela praticada no mercado.

Não obstante as diferenças relacionadas a cada contexto da sociedade, um traço comum que mais parece concretizar tais iniciativas é o facto de elas incorporarem a solidariedade no centro da elaboração das actividades económicas, e, ainda, considerarem tais actividades apenas como um meio para a realização de outros objectivos, sejam estes de natureza social, política ou cultural. Sob a perspectiva da dádiva, França Filho e Dzimira propõem uma

abordagem que procura relacionar economia solidária e dádiva tanto a nível teórico como prático.

Defende-se a existência de um vínculo evidente entre estas duas realidades, postulando que a dádiva constitui um dos componentes fundamentais da economia solidária.

“Definido na esteira de Godbout e Caillé como uma forma de circulação de bens e/ou serviços que não pertence ao circuito nem do mercado nem do Estado, e que se faz em nome do laço social, a dádiva é muitas vezes reduzida – sua existência – ao espaço de relações entre próximos, conhecidos: no seio da família, entre vizinhos etc. Entretanto a dádiva se faz também entre estranhos, desconhecidos”. (apud Martins e Nunes, 2004:136-137).

É, sobretudo, no nível de afrontamento das consequências da crise actual que se posicionam certas iniciativas associativistas e cooperativas solidárias que constituem a economia solidária. A inovação destas experiências reside, assim na manifestação da dádiva para além do espaço da esfera doméstica. Assiste-se, através destas experiências, a uma espécie de “impulsão de reciprocidade” no seio da esfera pública.

Para Singer (apud Filho e Laville, 2004), a economia da dádiva não constitui um modo distinto de produção, pelo menos nas sociedades de hoje. Os objectos e serviços que se tornam dádivas não são produzidos especialmente para este fim. Podem ser adquiridos no mercado ou produzidos no lar.

A economia da dádiva não se distingue pelas relações de produção (como são os casos do capitalismo, produção simples de mercadorias, economia pública, etc.), mas pelas relações de solidariedade que tece e reproduz. Em certo sentido, a reciprocidade é o relacionamento básico entre os que trabalham na economia solidária, na medida em que todo o tipo de associação autogestionária tem por fundamento a ajuda mútua, que não passa de um sinónimo da economia da dádiva.

Segundo estes autores França Filho e Laville,

“a economia solidária não constitui uma nova forma de economia que veria acrescentar-se às formas dominantes de economia mercantil e não mercantil. Pela sua existência, ela constitui mais uma tentativa de articulação inédita entre economias mercantil, não-mercantil e não-monetária numa conjuntura que se presta a tal, haja vista o papel conferido aos serviços pela terciarização das actividades económicas. O desafio é acumular as vantagens da economia monetária, fonte de liberdade individual pelo mercado e factor de igualdade pela redistribuição, com aquelas da economia não-monetária que contextualiza as trocas, retirando-as do anonimato” (Filho E Laville, 2007:8).

Para Singer (apud Santos, 2002), a economia solidária é uma intervenção dos operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta á pobreza e ao desemprego, resultantes da difusão desregulamentada das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX.

As cooperativas eram tentativas dos trabalhadores de recuperar o trabalho e a autonomia económica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. Nessa perspectiva, a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. O capital é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários que não trabalham na empresa.

A propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que estes tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. Por isso, sua finalidade básica não é a maximização do lucro, mas a quantidade e a qualidade de trabalho. E o capital da empresa solidária não é remunerado.

Importa ressaltar, que a abordagem que concebe e analisa as iniciativas e experiências de economia solidária enquanto projecto alternativo e viável ao capitalismo, retira sua força de pensamento crítico que, segundo Santos (2002), fundamentalmente, consiste na asserção de que a realidade não se reduz ao que existe.

A realidade é efectivamente um campo de possibilidades em que tem cabimento alternativo que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas. Assim, a função das práticas e dos pensamentos emancipadores consiste em ampliar o espectro do possível através da

experimentação e da reflexão sobre as alternativas que representam formas de sociedade mais justas.

Ao apontar para além do que existe, as referidas formas de pensamento e de prática põem em causa a separação entre realidade e utopia e formulam alternativas que são suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao *status quo*, e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas como inviáveis. Nessa perspectiva, é de sublinhar a perspectiva de Caillé (2005), que esclarece argumentando que a linha de clivagem mais forte opõe sem dúvida aqueles para os quais a economia solidária tem vocação a substituir integralmente o capitalismo e aqueles para os quais ela representa em definitivo uma nova forma de economia mista.

Uma economia que articularia não mais somente economia de mercado e economia pública, mas que, deixando substituir completamente essas duas lógicas, as colocaria também ao serviço do sector associativo. É uma concepção deste tipo que defendem Jean-Louis Laville e Barnard Eme, em França e que vêem na economia solidária uma maneira de hibridar recursos públicos, recursos privados e energia recíproca, colocando a lógica da redistribuição que preside aos primeiros e a da troca que comanda os segundos sob a dominação dos princípios de reciprocidade que constitui a alma das associações.

A economia solidária não tem vocação para abolir o mercado ou Estado, mas sim ocupar ao seu lado todo o seu lugar – um lugar susceptível de ser quantitativamente importante, nomeadamente, lá onde mercado e Estado são particularmente deficientes.

Segundo Singer, o que impele a economia solidária a se difundir com força cada vez maior já não é mais a demanda das vítimas da crise, mas a expansão do conhecimento do que a tecnologia social, económica e jurídica de implementação da economia solidária. Referindo ao caso Brasileiro, ele diz que a economia solidária já firmou sua identidade e que, por isso, está em condições de se estruturar a nível local, regional e nacional; que dezenas de milhares já se libertaram pela solidariedade; que o resgate da dignidade humana, do respeito próprio e da cidadania solidária desses homens e dessas mulheres já justifica todo o esforço investido na economia solidária, e que é por isso que ela desperta entusiasmo.

A abundância de ideias e de experiências testemunha a imbricação entre debates e práticas para confrontar os caminhos através dos quais poderia consolidar-se uma economia solidária que constitua a finalidade em direcção á qual tendem numerosos e dispares tentativas. Entretanto, segundo França Filho e Laville (2004), qualquer que seja a diversidade das organizações iniciadas neste objectivo, sua especificidade pode ser medida através de dois traços fundamentais:

O primeiro é o “agrupamento voluntário” que se inspira na referência a um laço social que se mantém pela implementação de uma actividade económica. A participação nesta actividade, não podendo ser separada do laço social que a motiva, depende então do princípio do comportamento económico que é a reciprocidade, regendo as relações entre as pessoas associadas.

O segundo traço refere “a acção comum” que, por estar baseada na igualdade entre os membros, é o vector de um acesso ao espaço público que atribui aos membros capacidades de serem entendidos e de agir numa perspectiva de mudança institucional.

As estruturas constituídas, exceptuando o seu papel económico, instauram espaços públicos de proximidade que são espaços públicos autónomos no sentido de Habermas, ou seja, sob o registo de processos regulados pela solidariedade e não pelo dinheiro ou poder administrativo.

Esta inscrição na esfera pública diferencia radicalmente a economia solidária da economia doméstica e da informal. Os serviços de proximidade baseiam-se, portanto, nas práticas quotidianas das populações, ou seja, nas relações e trocas simbólicas que tecem a trama da vida local, nas aspirações, nos valores e desejos das pessoas que são os usuários.

Assim em nome desta dupla inscrição, ao mesmo tempo na esfera económica e na sua esfera política, a economia solidária mergulha suas raízes nas relações de pertencimento vividas que podem, inclusive, ser tradicionais. Entretanto, ela não se confunde com a economia tradicional, pois vai além do domínio privado, exprimindo no espaço público a reivindicação de um poder agir na economia, isto é, a demanda de uma legitimação da iniciativa, independente da detenção de um capital. Ela funda, assim um empreendedorismo que não é movido pela rentabilidade do capital investido e que não distingue o que é da ordem da

produção e da distribuição, combinando associação para exercer uma profissão em comum e ajuda mútua.

Deve-se ter presente que, tanto em sua origem, na primeira metade do século XIX, como em seu recente ressurgimento, a economia solidária, mais uma vez, constitui uma resposta ao agravamento da crise do trabalho que tem seus primórdios, nos tempos recentes, na década de 1980. tal crise vem minar as bases do mecanismo histórico de regulação das sociedades na modernidade, marcados pela sinergia entre Estado e mercado.

É precisamente quando estes dois principais agentes de regulação da sociedade começam a dar sinais de fraqueza na sua capacidade de satisfazer as necessidades humanas, que outros fenómenos tomam corpo e se desenvolvem.

Ainda a esse respeito, Santos (2002) acrescenta que com o fracasso das economias centralizadas e a ascensão do neoliberalismo, académicos, activistas, e governos progressistas de todo o mundo têm recorrido de forma crescente á tradição de pensamento e organização económica cooperativa que surgiu no século XIX, no espaço urbano, com o objectivo de renovar a tarefa de pensar e de criar alternativas económicas.

Perspectiva esse autor, que o ressurgimento do interesse pelas formas de produção solidárias em geral e pelas cooperativas de trabalhadores em particular, deve-se a quatro razões fundamentais relacionadas ás condições económicas e políticas contemporâneas que tornam o estudo e a promoção das cooperativas de trabalhadores uma tarefa prometedora para a criação de alternativas de produção emancipadores.

Ainda que as cooperativas estejam baseadas em valores e princípios não capitalistas, sempre foram concebidas e operam como unidades produtivas capazes de competir no mercado. Pois, o cooperativismo considera que o mercado promove um dos seus valores centrais, a autonomia das iniciativas colectivas e os objectivos de descentralização e eficiência económica que não são escolhidos pelos sistemas económicos centralizados. Em segundo lugar, as características das cooperativas de trabalhadores têm potencial para responder com eficiência às condições de mercado global contemporâneo, por duas razões.

As cooperativas de trabalhadores tendem a ser mais produtivas que as empresas capitalistas, porque os seus trabalhadores/proprietários têm maior incentivo económico e moral para dedicar o seu tempo e esforço de trabalho. Por outro lado, as cooperativas de trabalhadores parecem ser especialmente adequadas para competir em um mercado fragmentado e volátil como o que caracteriza a economia global contemporânea.

A característica essencial das cooperativas de trabalhadores é o facto de estes serem proprietários, a difusão das cooperativas tem um efeito igualitário directo sobre a distribuição da propriedade na economia. Por último, as cooperativas de trabalhadores geram benefícios não económicos para os seus membros e para a comunidade em geral, que são fundamentais para contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista.

Capítulo II: Caracterização da pobreza em Cabo Verde

Em praticamente todos os documentos estratégicos elaborados pelas autoridades cabo-verdianas encontramos referenciadas preocupações relativamente à problemática da pobreza. Assim, o programa de acção nacional para o decénio 2001-2010 assinala que “ [...] o desenvolvimento de Cabo Verde deve, pois, processar-se, tendo como vertente fundamental a luta contra a pobreza, assegurando a todos o acesso a um nível de rendimentos aceitável, numa perspectiva de dignificação da pessoa humana” (MFP, 2001b: 48).

À luz da GOP grandes opções do plano 2001-2005 (GOP), o combate à pobreza é considerado como uma opção estratégica e a pobreza é definida como “a privação dos direitos fundamentais do homem” (MFP, 2001a: 24). Por sua vez, o plano nacional de desenvolvimento 2002-2005 (PND), inspirado nas GOP, que é o documento de referência das estratégias de longo prazo, entende “[...] o combate à pobreza, no quadro de políticas estruturais amigas de um crescimento robusto e gerador de emprego como objectivo cardeal” (MFPDR; 2002a: 5).

A partir de 1996 foi elaborado um programa nacional de luta contra a pobreza (PNLP), com o apoio dos parceiros internacionais⁹⁹. O horizonte de vigência do PNLN era 2008. Os seus princípios orientadores consistem: na redução da pobreza de forma sustentada no tempo, alicerçada em elevadas taxas de crescimento das actividades económicas, considerado um elemento chave das políticas de redução da pobreza; na descentralização da concepção e execução do programa, focalizado nas “*bolsas de pobreza*” de cada um dos municípios, e, finalmente, no desenvolvimento de uma abordagem participativa.

O PND 2002-2005 ao fazer o diagnóstico da situação de pobreza no país, considerava que, não obstante a elaboração, em 1996, de um Programa

Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP), e cuja implementação se tinha iniciado nos finais dos anos 1999 e meados de 2000, a situação continuava precária (MFPDR, 2002b: 232).

No que respeita a criação de grupos solidários como instrumento de combate à pobreza, a única referência encontrada sobre o assunto no programa nacional de luta contra a pobreza foi o denominado “contrato programa”, “Instrumento que permite a celebração de contratos, designados contratos-programa, entre o Governo e os Municípios e entre o Governo e as Organizações da Sociedade Civil legalmente constituídas para o financiamento de projectos de investimento geradores de emprego em domínios relacionados com a luta contra a pobreza” (RCV, 1997: 94).

A sua execução depende do facto de haver dotação orçamental para o efeito, prevista na Lei do Orçamento de Estado (RCV, 1997).

Trata-se, assim, do primeiro instrumento criado no âmbito de um Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, onde aparece de certa forma a preocupação em articular uma estratégia de combate à pobreza, cuja existência consideramos oportuna, mas cujos resultados ainda não são visíveis, possivelmente por não assentar numa lógica clara e integrada do combate à pobreza.

Esperar-se que o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, bem como o que visa a luta contra a pobreza no meio rural, venham a reflectir e a assumir cada vez mais esta preocupação, através do desenvolvimento de projectos concretos que possam servir de exemplo. No entanto, estes devem ser extremamente simples do ponto de vista formal e burocrático, devido à urgência da resolução do problema da pobreza.

2.1. Diagnóstico da pobreza em Cabo Verde

A estratégia cabo-verdiana de Luta Contra a Pobreza encontra-se “gizada” no IPRSP – *Interim Poverty Reduction Strategy Paper*. O IPRSP de Janeiro de 2002 considerava que “[...] apesar dos avanços significativos alcançados nos planos económico, social e cultural, a

pobreza constitui, no início do século XXI, o principal problema do desenvolvimento de Cabo Verde” (MFP,2002a: 3).

O inquérito às despesas e receitas das famílias (IDRF) é o principal instrumento de seguimento da pobreza. Note-se que o primeiro inquérito foi realizado entre 1988 e 1989 e não contemplou na altura as ilhas do Sal, Boavista e Maio. O último inquérito já contempla todo o território nacional, foi produzido pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE) entre 2001 e 2002, e a apresentação pública dos resultados definitivos foi em Novembro de 2003.

É de salientar que um dos objectivos do inquérito é fornecer informações para a elaboração do primeiro “*Livro Branco*” sobre a pobreza. Deste modo, tendo por base, essencialmente, o inquérito às despesas e receitas das famílias de 2001 a 2002, produzido pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, procederemos, de seguida, a uma análise/diagnóstico da pobreza no arquipélago.

2.2. Incidência e profundidade da pobreza em Cabo Verde

No inquérito às despesas e receitas das famílias de 2001-2002 (IDRF 2001-2002) definem-se duas linhas de pobreza: o limiar da pobreza que corresponde a 42.673 CVE per capita anual (aproximadamente 387 euros/ano) e o limiar da extrema pobreza equivalendo a 28.448 CVE per capita anual (aproximadamente 261 Euros/ano) (INE; 2003a, e INE; 2003b). Como tal, cerca de 37% da população (28% dos agregados familiares) residente em Cabo Verde são consideradas pobres e 20% (14% dos agregados familiares) desta como muito pobre. No inquérito de 1988 a 1989, os pobres representavam 30% da população e os muito pobres 14%. A pobreza aumentou de modo significativo em termos relativos, da mesma forma que a estrutura da população pobre se inverteu, pela predominância da proporção dos muitos pobres dentro da população dos pobres, contrariamente à situação verificada no início da década de 90 (Ver Quadro 1).

Quadro 1: Incidência da pobreza em Cabo Verde

Milhares de habitantes	População pobre		População muito pobre	
	1988/1989	2001/2002	1988/1989	2001/2002
Percentagem				
Cabo Verde	30	37	14	20
Urbano	17	25	7	12
Rural	46	51	23	30

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE (IDRF 2001 - 2002), 2003 extraído de (PNUD; 2004a), (2009)

A pobreza incide de forma mais acentuada no meio rural, onde mais de metade (51%) da população é pobre e onde 30 pessoas em cada 100 são muito pobres. No entanto, no meio urbano 25% da população é pobre e 12 pessoas em cada 100 são muito pobres. A pobreza é mais acentuada nos agregados chefiados por uma mulher.

Num universo de 100 famílias, quando o chefe de família é uma mulher, 32% são pobres, enquanto, se esse papel é assumido por um homem, a população pobre passa para 26%.

Quadro 2: Incidência da pobreza por género do chefe de família

Género do chefe de família	Total de pobres	Muito pobres	Peso dos muito pobres	Não pobres
Percentagem				
Masculino	26	14	54	74
Feminino	32	16	50	68
Total	29	15	52	71

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE (IDRF 2001-2002), 2003 extraído de (PNUD; 2004a), (2009)

Note-se que, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a proporção de famílias dirigidas por uma mulher aumentou de 38.3%, em 1990 para 40.1%, em 2000 (PNUD, 2004a: 32).

De acordo com os dados do INE relativos ao inquérito às despesas e receitas das famílias de 2001 a 2002 (IDRF 2001-2002), o desemprego dos chefes de família é um indicador

determinante da pobreza em Cabo Verde, uma vez que 46% das famílias chefiadas por desempregados são pobres e, dentro destes últimos, 60% são muito pobres.

Os níveis de incidência de pobreza são mais baixos para as famílias cujos chefes trabalham ou estão reformados. Contudo, o emprego do chefe de família não é suficiente para evitar a pobreza da mesma, sendo que mais de um quarto das famílias cujos chefes de família trabalham são pobres e mais de metade dessas últimas (52%) são muito pobres. Esta situação confirma uma vez mais a importância que a promoção do emprego representa dentro da definição das políticas em prol da população pobre (Ver Quadro 3).

Quadro 3: Taxa de pobreza das famílias pela actividade económica do chefe de família

Actividade do chefe de família	No conjunto da pobreza	Muito pobres	Peso dos muito pobres	Não pobres
Percentagem				
Empregado	25,9	13,4	51,7	74,1
Desempregado	46,4	27,6	59,5	53,6
Estudante	10,5	10,5	100	89,5
Doméstica	29,4	13,4	45,6	70,6
Reformado	26,2	13,2	50,4	73,8
Inválido	44	26,8	60,9	56
Outros	28,5	15	52,6	71,5
Total	28,6	15	52,4	71,4
Chefe activo	28,1	15	53,2	71,9
Taxa de desemprego dos chefes	18,1	20,3		8,2
Chefes inactivos	29,9	15,2	50,6	70,1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE (IDRF 2001-2002), 2003 extraído de (PNUD; 2004a), (2009).

As políticas públicas realizadas na melhoria da cobertura escolar e sanitária a favor dos pobres não produziram ainda resultados tangíveis e reduções substanciais do desemprego (23% em 1990 contra 17% em 2000).

“La faible création des emplois au Cap Vert résulte de la faible diversification de l'économie, et du type des secteurs porteurs de croissance dans ce pays qui sont plutôt à haute intensité capitaliste. En conséquence, les nouveaux postes créés évoluent moins vite que la croissance de main d'oeuvre disponible” (PNUD, 2004a: 23).

Pela análise dos dados o inquérito às despesas e receitas das famílias analisadas, tudo indicia que a pobreza em Cabo Verde, no seu conjunto, não é essencialmente um problema de acesso aos equipamentos e serviços colectivos ou de precariedade extrema das condições de vida, mas sobretudo um problema de oportunidade de acesso à actividade económica e ao rendimento (Ver Quadro 4)

Quadro 4 – Condições de vida das famílias (2002)

Conforto	Total	Não pobres	Pobres	Muito pobres
Percentagem				
Casa particular	68	66	73	73
Electricidade	59	69	41	23
Frigorífico	41	53	16	6
Telefone	52	60	34	19
Televisão	49	60	31	14
Rádio	75	80	67	57
Casa de banho com retrete	45	58	19	6
Água potável	83	86	77	73

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE (IDRF 2001-2002), 2003 extraído de (PNUD; 2004a), (2009)

Pela leitura dos dados do quadro acima apresentado, ter uma casa particular, uma ligação à rede eléctrica, uma televisão ou um telefone pode significar ser muito pobre. Verificamos ainda que, a grande maioria das famílias muito pobres (73%) possui uma casa particular e 23 em cada 100 têm electricidade.

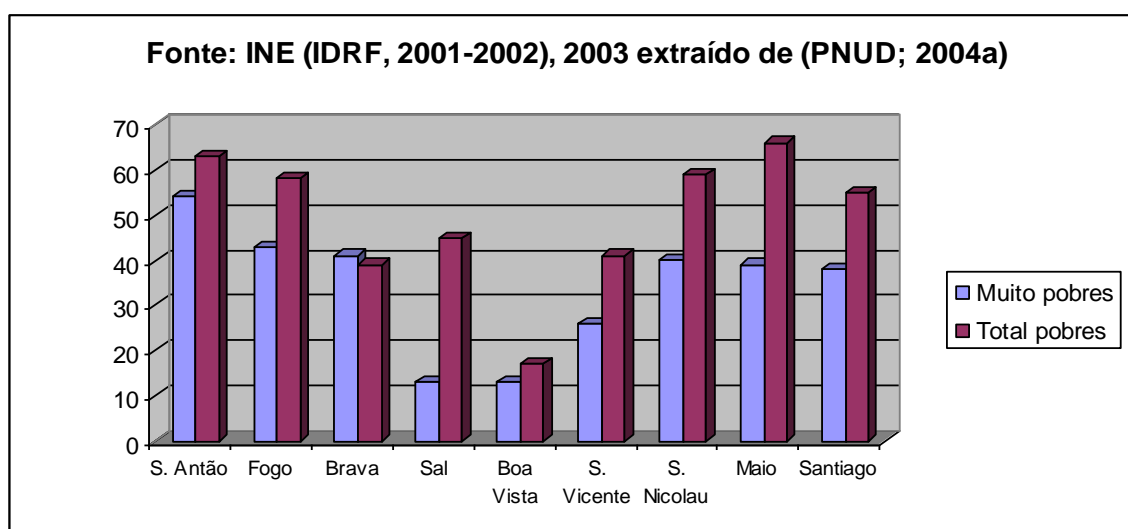
As transferências dos emigrantes poderão explicar, em parte, esta situação de conforto relativo dos mais pobres. As políticas de inclusão social praticadas depois dos anos de independência, em particular no que concerne ao acesso à água e, sobretudo, à extensão dos

recursos de telefone e electricidade são realmente contribuições importantes no melhoramento das condições de vida dos cabo-verdianos (PNUD, 2004a).

Em Cabo Verde, a pobreza não é um fenómeno exclusivamente rural, mas é nesse meio que habita a maioria da população pobre. Ela tem uma incidência maior no meio rural e atinge níveis alarmantes nas ilhas predominantemente rurais. Assim, com 54% da população a viver na pobreza, Santo Antão apresenta a maior ocorrência desse fenómeno, seguido da ilha do Fogo, com 43%, e da Brava, com 41%. Com 13% de população pobre, Sal e Boavista são as ilhas que apresentam uma taxa mais baixa.

As ilhas de predominância urbana apresentam níveis menores de incidência de pobreza como está patente nos exemplos da ilha do Sal e também de São Vicente, com respectivamente 13% e 26% (Ver Gráfico 1).

Gráfico 1: Repartição da pobreza nas ilhas



Fonte: Elaboração própria (2009)

Uma análise cuidada das estruturas da pobreza evidencia as desigualdades regionais. Nas ilhas de predominância rural, a população pobre é maioritariamente constituída por muito pobres. O peso dos muito pobres é significativo nas ilhas do Maio (66%), Santo Antão (63%), São Nicolau (59%), Fogo (58%) e Santiago (55%).

2.3. Nível de participação na actividade económica e taxa de desemprego

O Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano de 2004 do PNUD para Cabo Verde, sublinha que a pobreza em Cabo Verde é uma consequência da falta de oportunidade de emprego. O recenseamento de 2000 do INE dava conta de que a taxa líquida de actividade, isto é, a proporção da população empregada (entre os 15 e os 65 anos) sobre a população residente dentro da mesma faixa etária era de aproximadamente 69%.

Este indicador mostra as diferenças entre as ilhas com taxa acima da média como as ilhas do Sal (76%), Boavista (75%) e Maio (74%) em oposição às ilhas com taxa abaixo da média como São Vicente (64%) e Santo Antão (66%), onde os níveis de actividade são mais reduzidos. As ilhas do Sal e da Boavista, que se apresentavam com menos incidência de pobreza, também são aquelas onde a taxa líquida de actividade é mais elevada, ou seja, onde a maioria da população em idade de trabalhar encontra um trabalho assalariado (PNUD; 2004a).

O Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano de 2004, reforça a ideia de que o facto de se estar a trabalhar não é sempre garantia de que isso evita a pobreza. “Em qualquer das ilhas do arquipélago, os empregos precários, não permanentes e de baixo nível de remuneração predominam” (PNUD; 2004a: 27). Como exemplos podem referir-se os casos das ilhas do Fogo (43%), S. Antão (25%) e Santiago (22%) onde esta percentagem da população encontra um emprego na agricultura, ou onde uma franja não negligenciável da população encontra trabalho nas Frentes de Alta Intensidade de mão-de-obra (FAIMO), variando entre 18% na ilha do Fogo e 36% na ilha de S. Antão.

Nas restantes ilhas, os serviços é, sobretudo,

“ [...] o emprego permanente, em princípio melhor remunerado, predominam”, é o caso das ilhas do Sal e da Boavista. Assim, o relatório acaba deduzindo, “[...] que l’emploi dans l’agriculture, dans les travaux publics et dans la construction, parce qu’ils ne sont pas permanents dans la majorité des cas et moins rémunérés, paraissent favoriser un bien moindre niveau de vie et exposeront ainsi davantage les populations au risque de pauvreté” (PNUD; 2004a: 28).

Nesta linha de pensamento, o Instituto Nacional de Estatística verifica e conclui que,

“A grande maioria 81% dos indivíduos habitualmente empregados e 76% dos indivíduos pobres habitualmente empregados trabalham a tempo completo, pelo que os baixos salários são de facto um fenómeno de massa e não apenas ocorrências pontuais em determinados sectores. Com os níveis salariais existentes dificilmente se poderá reduzir a pobreza de forma drástica. Aparte do aumento do nível médio dos salários, a política de redução da pobreza deverá passar necessariamente pela qualificação, ou seja pela promoção do acesso dos pobres à formação e pela da promoção do emprego de qualidade (20% dos pobres é desempregado)” (INE; 2004d: 3).

Tudo aponta para que a aposta e o incentivo à diversificação e à descentralização das actividades económicas nas ilhas seria o caminho a seguir, para obter uma maior igualdade na repartição da riqueza criada, para combater o êxodo rural e a migração interna entre as ilhas.

2.4. Pobreza e desigualdade em Cabo Verde

Dos 173.000 indivíduos pobres residentes nas lhas, 55% reside na ilha de Santiago, seguidos de São Antão com 16%, São Vicente e Fogo com 10% cada. No conjunto, estas quatro ilhas congregam 92% da pobreza, em termos absolutos. Do universo dos 173.000 pobres, 51% são mulheres, 49% têm menos de 15 anos e 11% tem 65 anos ou mais (INE, 2004d).

Vimos anteriormente que a pobreza incide de forma mais vincada no meio rural do que no meio urbano. Segundo o IDRF 2000-2001, dos 173.000 pobres cerca de 108.000, ou seja 62% viviam no meio rural.

Em relação ao nível de concentração da riqueza em Cabo Verde, o crescimento na última década foi acompanhado pelo aumento da desigualdade na repartição do rendimento, como bem atesta a evolução do índice de Gini entre 1988-89 e 2000-2001, a concentração da riqueza aumentou de 0.43 para 0.59 (INE; 2003a). Sendo assim,

“embora se encontre a mesma tendência para o agravamento da repartição do rendimento num grande número de países, ao longo do último decénio, aquela tendência faz de Cabo Verde um país muito desigual quando comparado com outros países com o mesmo nível de rendimento. Por exemplo, o índice coloca Cabo Verde no decil mais desigual entre os países de desenvolvimento humano médio (ao qual

Cabo Verde pertence segundo a classificação do PNUD) ” (MFP, 2004a:43). Ainda segundo o IDRF 2000-2001 do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 10% da população mais pobre tem apenas 1% do rendimento.

Os primeiros sete decis (70% dos agregados familiares) representam apenas 28% da despesa per capita, enquanto que o último decil sozinho (os 10% mais ricos) representa 47% da despesa total [...] os 10% dos agregados com maiores despesas per capita, têm um nível de despesa 12 vezes superiores aos 10% mais pobres” (INE, 2004d: 5).

O aumento das desigualdades em Cabo Verde onde o índice de Gini passou de 0.43 em 1989-1999 para 0.59 em 2001-2002” deve-se, “[...] a forte expansão dos rendimentos em actividades como o turismo e outras actividades de serviços induziu o aumento do desnível na repartição do rendimento. [...] a forte pressão demográfica, combinada com os fenómenos de degradação dos solos na agricultura teve um impacto negativo sobre o rendimento rural por habitante, e deste modo, levou também a um aumento da desigualdade na repartição do rendimento” (MFP; 2004a: 42-43).

É de referir que, a ilha de Santo Antão apresenta o maior índice de concentração da riqueza, com 5% da população a absorver 50% do consumo, seguido de São Vicente e Fogo. Refira-se que o maior agravamento da desigualdade, na década de 90, se verificou na ilha de São Vicente (+55%), seguida do Fogo (+46%) e Santiago (+40%) (INE; 2003a).

2.5. Estratégia de combate à pobreza em Cabo Verde

Considera-se que a estratégia de combate à pobreza, “[...] deve estar no cerne das políticas públicas que visam combater a pobreza através da criação de condições ao crescimento económico, no qual o sector privado tem um papel motor” (MFP; 2004a: 6). Refira-se ainda que os níveis de actuação do DECRP são três: Global, Sectorial e Região (ou Local).

Entendemos que Cabo Verde, pelas carências estruturais que apresenta, deva cada vez mais apostar numa estratégia de desenvolvimento sustentável assente nos recursos humanos, o que obriga a que uma política de combate à pobreza seja a maior das prioridades.

Deve-se ter presente que as estratégias de sobrevivência dos pobres têm sido a migração (internacional ou interna). Aqueles que permanecem no mundo rural dedicam-se à pecuária de subsistência ou aos trabalhos públicos nas Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra (FAIMO), enquanto no meio urbano os pobres dedicam essencialmente ao trabalho informal. Saliente-se ainda as remessas das famílias do exterior e a criação de associações de desenvolvimento comunitário.

A estratégia adoptada pelos sucessivos Governos de Cabo Verde desde a Independência consistiu em criar uma rede de segurança, baseada na realização de trabalhos públicos de alta intensidade de mão-de-obra (FAIMO), financiados pelas contrapartidas da ajuda alimentar, e que tem beneficiado cerca de 20 mil trabalhadores. Com uma produtividade e eficiência muito baixas, em grande parte resultante da sua organização e da própria concepção, estes trabalhos têm um carácter vincadamente assistencial.

Há programas de apoio directo aos vulneráveis, mediante o fornecimento de ajuda alimentar ou pecuniária. Esta estratégia, embora permita minorar o problema e enfrentar as situações mais agudas, não foi capaz de reduzir de forma duradoira a incidência da pobreza na sociedade cabo-verdiana, apesar das taxas de crescimento económico muito elevadas registadas desde a Independência, em 1975 (MFP, 2001b).

As Grandes Opções do Plano de 2001, documento magno na definição da estratégia de desenvolvimento do país a longo prazo, estabelecem as seguintes vias complementares para a redução da pobreza: a promoção do crescimento económico, que não sendo suficiente, constitui um factor indispensável para a dinamização da economia e para a criação de oportunidades de saída da pobreza; a melhoria das condições de vida, necessárias ao bem-estar das populações, e o reforço da capacitação dos pobres, para que sejam eles próprios os motores da mudança para a saída da pobreza (MFP, 2001a).

É relevante definir, claramente, as articulações a fazer entre as estratégias de redução da pobreza e as políticas sectoriais, nomeadamente com o sector turístico, pelo que se afirma que:

**Economia Solidária e Redução da Pobreza no
Concelho de Santa Catarina de Santiago**

“o sucesso desta luta depende da capacidade de conceber uma intervenção diversificada, de acordo com a complexidade e os contornos concretos da pobreza no país, que integre políticas económicas e sociais susceptíveis de sustentar o crescimento, a criação e o aumento do emprego, políticas activas de redução da pobreza e acções com carácter de promoção social num quadro claramente descentralizado que facilite intervenções bem focalizadas a nível das bolsas de pobreza, das comunidades de base e dos grupos alvo e promova a participação” (Conselho de Ministros; 2001a: 11).

A existência de empreendimentos solidários, devem ser amplamente implicado no processo de redução da pobreza em Cabo Verde, garantindo assim a melhoria das condições de vida das pessoas a todos os níveis.

Capítulo III: Concelho de Santa Catarina de Santiago e seu Desenvolvimento

3.1. Enquadramento geral

O Concelho de Santa Catarina localiza-se na zona central da ilha de Santiago, tendo uma superfície de 243 KM2 e uma população aproximada de 47 mil habitantes.

Tem como sede Cidade de Assomada, com uma população estimada de 12 800 habitantes, distando 44 km da cidade da Praia. É um concelho de características rurais 86% da população vive em áreas rurais e tem como principais actividades económicas a agricultura de sequeiro, a criação de gado, a avicultura, a pesca e o comércio retalhista.

Santa Catarina é o único concelho que, do ponto de vista da sua Geo – morfologia, desponta entre as maiores cordilheiras e picos da Ilha de Santiago – Serra Malagueta e Pico da Antónia e prolonga-se ao longo dos extensos planaltos e vales profundos do flanco centro, Nor-nordeste da ilha.

Estas características atribuíram, com particularidade, morfologias de relevos por vezes bastantes homogéneas sob a forma de planaltos, outras vezes irregulares com vales, montanhas e colinas, ao longo dos seus aproximadamente 243 Km² de superfície.

Com o território municipal maioritariamente situado no clima de andar húmido e subhúmido, acima dos 400 metros de altitude, Santa Catarina no contexto nacional, continua a merecer o

destaque dos seus indicadores que o coloca na dianteira da produção agrícola e da pecuária no País. Possuindo uma localização geográfica estratégica e ocupando o nó central da Ilha, Santa Catarina é também o único Concelho que faz fronteiras com as várias divisões concelhias administrativas da ilha. Com excepção dos Concelhos da Praia, S. Domingos e S. Lourenço, o território Municipal deste Concelho confronta com o do Tarrafal, São Miguel, Ribeira Grande de Santiago, Santa Cruz e São Salvador do Mundo.

3.2. Dinâmica demográfica

O Concelho de Santa Catarina é um dos mais populosos do conjunto dos Vinte e Dois Municípios do País. Segundo o Censo 2000 a população do Concelho de Santa Catarina é de 49.829 habitantes, repartidos pelas duas freguesias, Santa Catarina com sede na cidade de Assomada e São Salvador do Mundo com sede na Povoação em Achada Igreja – Picos. Destes, 22.563 são do sexo masculino e 27.266 do sexo feminino e à semelhança do que acontece a nível do País, a população é relativamente jovem, sendo 47% com idade compreendida entre os zero e os catorze anos. A população do Concelho corresponde a 11% da população do País. A Freguesia de Santa Catarina abarca a maioria da população, na ordem dos 82%, vivendo na Freguesia de São Salvador do Mundo apenas 18% dos residentes. A população do Concelho é dispersa e relativamente jovem.

Quadro 2: População Residente no Concelho de Santa Catarina

População	Total Habitantes	Percentagem (%)
População residente total	49.829	11% da Pop. total de Cabo Verde
População da Freguesia de Santa Catarina	40.657	82% da população do concelho de Santa Catarina
População da Freguesia de São Salvador do Mundo	9.172	18% da população do Concelho de Santa Catarina

Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento de Santa Catarina 2009

A partir da década de quarenta a população de Santa Catarina registou flutuações demográficas muito significativas que estão relacionadas com factores de natureza ambiental, a evidenciar as secas prolongadas.

O quadro a seguir ilustra a evolução da população nos últimos 60 anos, verificando-se períodos de relativo crescimento populacional, flutuações entre décadas e períodos marcados por uma certa estagnação em termos de evolução populacional, sendo exemplo o período compreendido entre 1970 e 1990. A população sofreu um aumento visível durante a última década, na ordem dos 20 % em relação à década anterior.

Quadro 3: Evolução da população do concelho de Santa Catarina (1940-2000)

Anos	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Concelho de Santa Catarina	26.848	19.428	30.207	41.462	41.012	41.584	49.970
Variação absoluta	a)	7.420	10.779	11.255	450	572	8.386
Variação percentual	-	27.6%	55.48%	37.2%	1%	1.39%	20.1%

Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento de Santa Catarina (2009)

A densidade populacional de Santa Catarina é de aproximadamente 180 habitantes por Km², com distribuição territorial bastante diversificada. A maior parte da população concentra-se no meio rural (86%). No entanto esta cifra vem sofrendo alterações a partir da década de 1990 com paulatino êxodo rural, conforme se pode verificar no quadro a seguir. A população urbana tende a crescer, enquanto a população rural sofre uma diminuição na ordem dos 6% entre 1990 e 2000.

Quadro 4: Evolução da população urbana e rural de Santa Catarina (1990 a 2000)

Distribuição da População	1990		2000	
	Número de habitantes	Valores percentuais	Número de habitantes	Valores percentuais
População Urbana	3.114	8 %	7.095	14 %
População Rural	38.470	92 %	42.875	86 %
Total	41.584		49.875	

Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento de Santa Catarina (2009)

3.3. Situação socioeconómica

O concelho de Santa Catarina de Santiago sendo essencialmente rural, a actividade produtiva de Santa Catarina baseia no tradicional sector agrícola, com destaque para a agricultura de sequeiro, no comércio, na silvicultura e na pesca.

Relativamente à actividade pecuária o Concelho evidencia-se pela excelência dos seus efectivos bovinos e caprinos o que lhe outorgam a primazia no contexto nacional.

O sector industrial caracteriza-se por um fraco nível de desenvolvimento, assentando essencialmente em pequenas e médias empresas agro-alimentares e na produção de blocos. A construção civil é o sub-sector com maior representatividade na estrutura empresarial do sector secundário do Concelho.

O comércio processa-se em estabelecimentos situados nas ruas em dias de feira, prevalecendo o comércio a retalho de produtos alimentares e bebidas, bem como pequenas e médias lojas comerciais que se localizam na sua maioria na cidade de Assomada. Nos últimos anos a venda de vestuário e calçado conheceram um incremento significativo.

Em matéria de crescimento das actividades económicas, merece destaque a evolução registada no sector da prestação de serviços.

3.4. Situação ambiental

A questão ambiental tornou-se numa preocupação mundial, nos últimos anos. Os acidentes nucleares, a destruição da camada do ozónio, a desertificação, a poluição, etc, constituem hoje grandes a serem resolvidas.

A sua complexidade exige um tratamento global e muito seria, que extravasam simplesmente medidas pontuais que procurem resolver problemas a partir dos seus efeitos, esquecendo-se as suas causas.

De se notar também, que a protecção do Meio ambiente para o desenvolvimento sustentável e consagrada na Constituição da Republica, na qual o estado e os seus Departamentos, em

colaboração com a sociedade civil são responsáveis pela aplicação da política de preservação e utilização racional dos recursos naturais do país. O PANA II reserva ao Poder Local, as ONG's e, toda a sociedade civil um papel proeminente na mitigação dos problemas ambientais.

O Plano Ambiental de Santa Catarina assume-se como instrumento essencial e eficaz na gestão do ambiente, desenvolvendo actividades no quadro da protecção do meio ambiente e executadas através de sub-programas e projectos específicos ilustrados pelo quadro abaixo indicado.

A semelhança dos outros concelhos do país, o concelho de Santa Catarina depara com limitações em termos de recursos ambientais e nota-se que os mesmos não são utilizados de forma racional. Face a esta situação o serviço autónomo de água e saneamento da Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago afirma que há necessidade urgente de se adoptar medidas de forma a atenuar a situação, se é possível invertê-la.

De acordo com o relatório do Serviço Autónomo de Água e Saneamento de Santa Catarina de Santiago, SAAS-SC, existe constrangimentos na área de saneamento, quando comparados com os avanços obtidos na vertente da água potável e ligações domiciliárias.

A cobertura em termos de água nos domicílios já atingiu níveis satisfatórios, ao contrário do que se verifica com a evacuação de excreta e das águas residuais.

3.5. Associativismo e voluntariado

De acordo com as actas do III congresso de estudos rurais realizado pela a Universidade de Algarve, as associações comunitárias surgiram com o impulso do novo contexto de ajuda ao desenvolvimento centrado nas comunidades locais em resultado da desilusão por parte dos doadores devido a ineficiência do Estado.

O Associativismo em Cabo Verde tem as suas raízes nas formas tradicionais de solidariedade social e é tão antigo quanto a sua própria história, visto que sempre existiu um espírito de solidariedade e ajuda mútua do seu povo, tanto em trabalhos agrícolas como em actividades sociais como casamentos, baptizados e mortes. As pessoas faziam questão de marcar a sua

presença nesses eventos, assim como contribuir com a sua ajuda – este simples gesto é denominado de “*Djunta mó*”.

Na ilha de Santiago apresenta uma maior abrangência nos territórios rurais muito antes da dinâmica associativa. A festa popular da “*Tabanca*” organizada pelos pobres desde a época colonial demonstra também o espírito associativo, assim como a igreja através da acção católica. Por outro lado, com carácter mais formal são as associações funerárias denominadas “*botu e mitim*” e, de poupança e crédito rurais designada de “*totocaixa*”.

As associações de pessoas na época colonial não eram bem vistas, sendo muitas vezes apadrinhadas e camufladas pela igreja. Estas actividades ganharam maior relevo com a independência nacional, foram fundadas as organizações de massas de carácter partidário. Do igual modo foram criadas mais de uma centena de cooperativas de consumo e de produção por quase todas as ilhas sob o impulso do partido do poder.

Estas cooperativas foram apoiadas pelo organismo estatal, INC (Instituto Nacional de Apoio às Cooperativas), e, posteriormente, o ICS (Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade). Estas instituições tinham por fito incentivar as comunidades a organizarem-se e a participarem no processo de desenvolvimento do país.

O ICS (Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade) foi um parceiro bastante válido que encorajou iniciativas de desenvolvimento comunitário, em especial nos territórios rurais, canalizando para estes o apoio das ONG estrangeiras. É reconhecido que estas instituições estiveram na génese do movimento associativo do arquipélago e tiveram um papel fundamental no reforço da dinâmica de solidariedade do mesmo.

Com a instalação do regime democrático a partir de 1990, o movimento associativo ganha maior força e torna-se independente das tutelas do Estado, assumindo uma posição de relevo na construção da sociedade civil cabo-verdiana.

Essas organizações foram acarinhadas no quadro da nova filosofia de gestão das FAIMO e constituem hoje parceiros úteis para o desenvolvimento local, em áreas como o desenvolvimento comunitário; poupança e crédito, actividades geradoras de rendimento com incidências positivas na luta contra a pobreza; promoção da mulher; planeamento familiar;

apoio aos deficientes; ambiente; informação, educação, comunicação e na defesa dos direitos humanos.

As associações comunitárias de desenvolvimento constituem parceiros incontornáveis na luta contra a pobreza nos territórios rurais. As parcerias e as acções desenvolvidas são testemunhos disso, contribuindo assim para a melhoria de vida das comunidades rurais.

Nota-se um elevado grau de dependência destas organizações das ajudas externas, a fraca capacidade técnica e de gestão, assim como as dificuldades de uma participação de acordo com o modelo de desenvolvimento estabelecido. Nesta perspectiva, urge a necessidade de desenvolver acções de formação destinadas não só aos líderes, mas sim ao conjunto dos membros no geral, de forma a desenvolver uma outra visão da organização, não como apenas um meio de garantir o emprego e de ser seleccionados com os projectos que a organização leva a cabo.

Em linhas gerais, as associações comunitárias contribuíram e continuam a contribuir para o melhoramento das condições de vida das comunidades locais e não só, tornou-se num instrumento de promoção de desenvolvimento local em Cabo Verde.

3.6. Economia solidária e redução da pobreza em Santa Catarina

A fim de fazer face a muitos e complexos problemas sociais que ainda subsistem na sociedade, afectando sobretudo as camadas da população em situação de maior vulnerabilidade e por outro lado permitir uma efectiva inclusão das pessoas mais afectadas pela pobreza ou que se encontram em situação de marginalização e/ou risco de exclusão social, justifica-se a implementação de um conjunto equipamentos sociais que permitam igualmente a integração dessas pessoas nas instâncias de participação na vida social e económica das suas comunidades de pertença e da cidade, de um modo geral.

O Concelho de Santa Catarina tem um número considerável de comunidades organizadas em Associações, muitas das quais muitas funcionam relativamente bem.

Essas Associações segundo experiências já vividas no concelho quando organizadas e apoiadas por uma instituição credível estão em condições de mobilizar recursos financeiros

próprios perto de seus parceiros nomeadamente as agências internacionais de desenvolvimento e ONG's internacionais, para a realização dos seus objectivos suprimindo assim as necessidades básicas que consideram ser prioritárias ou mais importantes.

Essa mobilização paralela de recursos próprios e independentes feitas pelas Associações para além de constituir um aumento de capital canalizado para acelerar o desenvolvimento de Santa Catarina liberta a Câmara Municipal de um vasto leque de preocupações permitindo-lhe dessa forma dedicar os seus esforços à mobilização dos recursos financeiros de que precisa para investir de modo a orientar o sentido do desenvolvimento do concelho.

É de extrema importância que os órgãos autárquicos formalmente reconheçam que de facto as Associações Comunitárias não são meras organizações sociais de pobres mas pelo contrário são “parceiras privilegiadas” do desenvolvimento.

Cabe-se aos órgãos autárquicos criar condições para enquadrá-las do ponto de vista institucional criando um Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário dotado de meios técnico, humanos e materiais para dispensar às comunidades o apoio técnico e social de que precisam.

Passando a dedicar-lhes a atenção institucional que merecem e à altura do papel que desempenham envolvendo-se mais e melhor as Associações comunitárias sem contudo imiscuir na sua vida interna os órgãos municipais estarão criando uma forte sinergia de desenvolvimento entre o poder político e o social. Sinergia que permitir-lhes-á melhorar a sua “performance” na execução do seu programa de desenvolvimento, realizando paulatinamente os anseios das populações orientando o sentido do desenvolvimento e ganhando os louros políticos que lhe serão devidos e que de outra forma perderiam como aliás tem acontecido no passado.

3.7. Estratégia da autarquia local para a redução da pobreza

A ilha de Santiago gera cerca de 53% do Produto Interno Bruto de Cabo Verde, mas cerca de 85% da riqueza desta ilha é gerada na Praia que é um verdadeiro pólo de desenvolvimento. Assim, o essencial do emprego decente situa-se ali e o interior alberga mais de 80.000 pobres. Sendo a migração uma estratégia de sobrevivência, o êxodo massivo para a Praia é

responsável pela eclosão dos bairros e edificações clandestinas, comprometendo a prazo, a qualidade de vida da Praia enquanto cidade capital de Cabo Verde. Assim, a alternativa é a criação de um novo pólo de desenvolvimento no interior de Santiago, integrando o mercado do interior e aproximando dos concelhos do interior, a decisão e os serviços de suporte ao negócio, como das principais portas de entrada internacional e nacional. Um dos concelhos do interior de Santiago deverá assumir a função de pivot à volta do qual desenvolvem – se os outros centros urbanos. Santa Catarina pelas suas características é aquele que se encontra em melhores condições para assumir essa responsabilidade.

Santa Catarina é um concelho com elevado nível de desemprego, especialmente entre os jovens. Refira-se que tem cerca de 16 mil pobres e mais de 3200 famílias encontram-se em situação de défice habitacional básico. Mas também milhares de famílias que vivem em habitações que apresentam bom aspecto exterior encontram-se realmente numa situação de segurança deplorável.

Centenas de crianças já abandonaram o ensino secundário, milhares de outras crianças correm esse risco e centenas de jovens aguardam há anos para uma oportunidade de se ingressarem no ensino superior.

Vive-se neste concelho uma verdadeira crise de água. Apenas cerca de 51% das famílias têm ligação domiciliária e a disponibilidade de água potável para consumo doméstico e industrial é fraca e a um custo muito elevado. Neste concelho, cada habitante consome em média 10 litros de água potável por dia, ou seja, apenas 1/5 do mínimo recomendado pela FAO/OMS que é de 50 litros por pessoa por dia.

No domínio de fornecimento de energia eléctrica, Santa Catarina é um dos concelhos com pior cobertura da eléctrica. Salienta-se que apenas cerca de 46% das famílias têm acesso à energia eléctrica e muitas vezes em condições deficientes tendo em conta a fraca potência com que chega às casas e cortes frequentes designadamente nas épocas e horas de maior consumo. Em consequência disso verificam-se interrupções constantes no fornecimento de água uma vez que a bombagem de água para os depósitos depende da energia eléctrica da rede, avultados prejuízos para as casas comerciais e não só, o afastamento de investidores, etc.

Um concelho muito vasto (242 km² de superfície) e com povoamentos muito dispersos, Santa Catarina é servida por uma rede viária muito precária e que tem comprometido seriamente a circulação de pessoas e bens, com implicações directas na segurança e conforto dos passageiros durante as viagens e na conservação dos veículos.

Em Santa Catarina, e em especial na cidade de Assomada, a concorrência desleal é gritante comprometendo a sobrevivência do comércio formal. Isso deve-se fundamentalmente ao facto de não ter existido um verdadeiro planeamento do desenvolvimento urbano, pois, as decisões que têm sido tomadas em matéria de loteamento e de implantação de grandes infra-estruturas não têm sido as melhores e como tal vão comprometer a prazo a qualidade de circulação e segurança rodoviárias, bem como de pessoas.

A juventude é neste concelho uma força latente, mas sem perspectivas. Ela vive maioritariamente no desemprego ou com emprego não decente, sem oportunidades de formação profissional ou superior, com carência gritante de infra-estruturas ou espaços de lazer. Esta situação tem levado muitos jovens ao desespero e assume-se até, como das principais razões do consumo desenfreado de estupefacientes.

A situação de abandono em que se encontra o concelho é efectiva quando se constata que nestes últimos anos, foi gerido sem pensamento e acção estratégica, ou seja, sem um plano de luta contra o desemprego e pobreza, sem um programa de habitação social e outros planos sectoriais como o de desenvolvimento desportivo e cultural.

Neste concelho a gestão autárquica nos últimos anos inverteu por completo a perspectiva de proximidade dos serviços municipais, aprofundou a gestão baseada na realização de interesses de uma minoria política e empresarial próxima do poder, distanciou a autarquia dos munícipes, pelo abandono das diversas zonas e das respectivas populações. Acresce-se ainda a discriminação no tratamento dos munícipes, que conjuntamente minaram a confiança da população nos serviços municipais e em especial na Câmara Municipal enquanto pessoa de bem.

O clima de negócios é pouco propício e assim, raros são os investimentos em sectores produtivos de vulto e assiste-se inclusivamente a algum desinvestimento por parte dos emigrantes.

A nova maioria guia-se por um novo paradigma em matéria de missão da autoridade municipal ou seja, fazer da autarquia o principal promotor do desenvolvimento do concelho. Assim, a missão desta maioria não é apenas resolver os graves problemas criados nos últimos anos, nem gerir a continuidade, mas sobretudo, ser o principal promotor de um novo projecto de desenvolvimento do concelho de Santa Catarina, conferindo-o rumo, ambição, instrumento de gestão e sobretudo de parceiras para o desenvolvimento.

É urgente desenvolver um paradigma do poder local que plasma as suas actuações nos alicerces da racionalidade, da ciência e da inteligência estabelecendo um corte radical com o modelo vigente no sistema político em que privilegia as medidas eleitoralistas e consequentemente que colocam os interesses individuais e político – partidários acima dos interesses locais ou colectivos.

Capítulo IV: Resultado do trabalho de campo

4.1. Análise e comentário dos dados dos inquéritos aplicados aos sujeitos de pesquisa

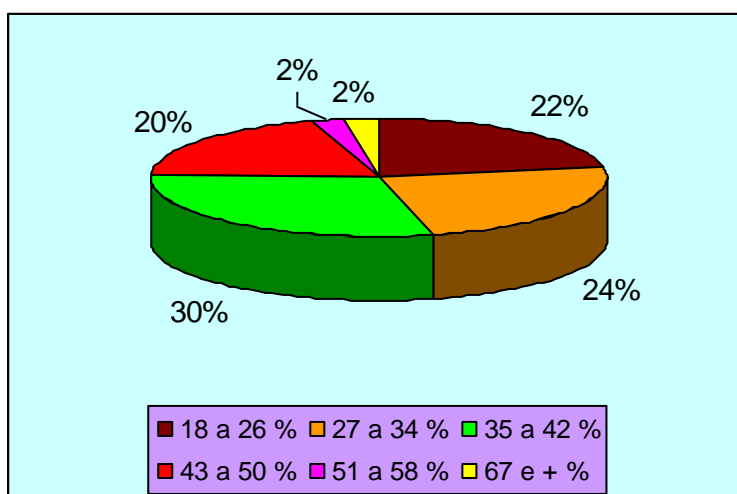


Gráfico 2: Idade dos inqueridos

Fonte: Elaboração própria (2010)

O gráfico 1 ilustra a distribuição dos inqueridos por idade, onde pode-se ver que de acordo com o gráfico, 22% das associações é liderada por jovens com idade compreendida entre os 18 a 26 anos de idade, 24% das associações é liderada por jovens com idade compreendida entre os 27 a 34 anos de idade, 30% das associações é liderada por pessoas com a idade compreendida entre os 35 a 42 anos de idade, 20% das associações é liderada por pessoas

com idade compreendida entre os 43 a 50 anos de idade, 2% das associações liderada por pessoas com idade compreendida entre os 51 a 58 e mais de 67 anos de idade.

Pode-se constatar que maior parte das associações em Santa Catarina de Santiago é liderada por jovens.

Tabela 1: Sexo dos inqueridos

Género					
Não optou		Feminino		Masculino	
V.A	%	V.A	%	V.A	%
1	2%	13	32%	27	66%

Fonte: Elaboração Própria (2010)

Como se pode ver na tabela, foram inquiridas 66% das pessoas do sexo masculino o que corresponde a 27 líderes das associações, 32% das pessoas inqueridas é do sexo feminino, o que corresponde a 13 líderes das associações, e (um) 1 optou por não dizer o sexo que corresponde a 2%, num universo de 41 (quarenta e uma) líderes das associações, o que mostra claramente que a maioria das associações liderada pelos jovens inqueridos é do sexo masculino.

Tabela 2. Cruzamento dos dados entre género a idade dos inqueridos

Género							
Parâmetros		Não optou		Feminino		Masculino	
		V.A	%	V.A	%	V.A	%
Idade	18 a 26	0	0%	3	33%	6	67%
	27 a 34	1	10%	4	40%	5	50%
	35 a 42	0	0%	4	33%	8	67%
	43 a 50	0	0%	2	25%	6	75%
	51 a 58	0	0%	0	0%	1	100%
	56 a 66	0	0%	0	0%	0	0%
	67 e +	0	0%	0	0%	1	100%

Fonte: Elaboração Própria (2010)

No que concerne a tabela 2, onde fez-se cruzamento entre o género e a idade dos inqueridos, onde pode-se verificar que 40% das associações é liderada por jovens de sexo feminino com a idade compreendida entre 27 a 34 anos de idade, e 75% das associações é liderada por pessoa de sexo feminino, o que corresponde que a maior parte das associações é liderada por homens.

Tabela 3: Cruzamento dos dados dos inqueridos e organizações que actuam na área da economia solidária

Organizações que actuam na área de economia solidária									
Parâmetros		Sim		Não		As vezes		Sempre	
		V.A	%	V.A	%	V.A	%	V.A	%
Idade	18 a 26	0	0%	2	22%	2	22%	5	56%
	27 a 34	0	0%	0	0%	2	20%	8	80%
	35 a 42	0	0%	3	25%	1	8%	8	67%
	43 a 50	1	13%	0	0%	1	13%	6	75%
	51 a 58	0	0%	0	0%	1	100%	0	0%
	56 a 66	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	67 e +	1	100%	0	0%	0	0%	0	0%

Fonte: Elaboração Própria (2010)

De acordo com o gráfico 3 pode-se ver que cerca de 13% das associações lideradas por pessoas com a idade compreendida entre os 43 e 50 anos de idade responderam que sim e o mesmo acontece com os que responderam que as vezes, mas já 75% das associações lideradas por pessoas com a idade compreendida entre os 43 e 50 anos de idade responderam que sempre actuam na área da economia solidária, que também nos dá uma nota favorável no que tange o desenvolvimento comunitário.

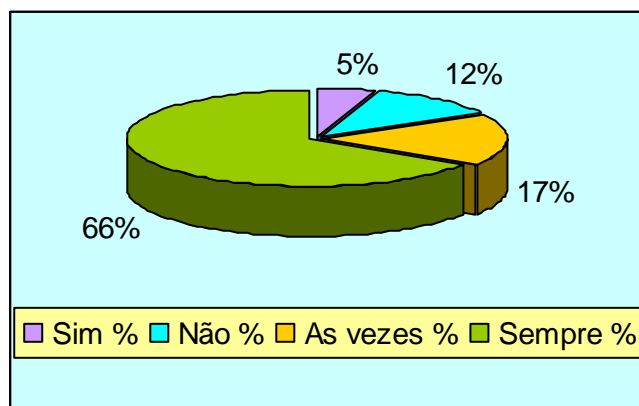


Gráfico 3: Organizações que actuam na área de economia solidária

Fonte: Elaboração própria (2010)

Como se pode ver no gráfico 2, foram inqueridas 41 (quarenta e uma) associações, onde a maioria delas actuam na área de economia solidária, ou seja cerca de 66% sempre actuam na área da economia solidária, 17% responderam que as vezes, 12% responderam que não, 5%

responderam que sim. É dado que revela uma nota positiva as associações comunitárias, onde mostram claramente que as associações sempre actuam na área da economia solidária

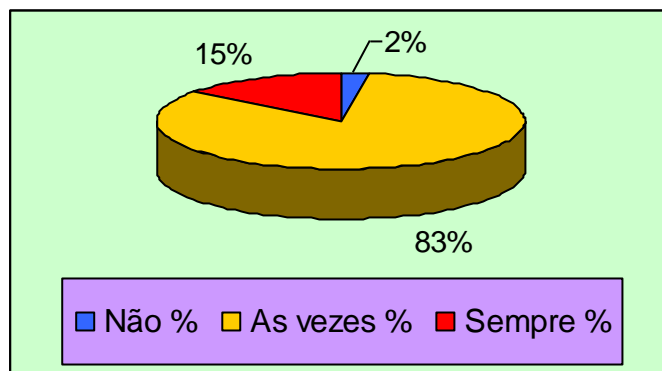


Gráfico 4: Contribuição das organizações da economia solidária para a redução da pobreza

Fonte: Elaboração Própria (2010)

De acordo com o gráfico 2, apesar da maioria das associações actuam na área de economia solidária, pode-se ver que de acordo com os dados recolhidos constatamos que apesar do número elevado das associações que actuam na área da economia solidária, não houve grande contribuição para a redução da pobreza no concelho. Perante os dados dos inqueridos 34 associações reaperderam que as vezes, que corresponde 83% das associações.

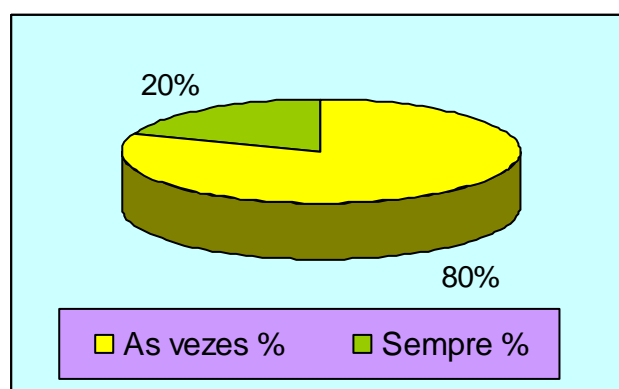


Tabela 5: Percepção dos inqueridos sobre a contribuição da economia solidária para a redução da pobreza

Fonte: Elaboração Própria (2010)

Segundo os dados dos inqueridos a cerca da questão, se acreditam que a economia solidária tem vindo a contribuir para melhorar as condições de vida das populações do concelho, 80% das associações responderam que as vezes, que corresponde a 33 associações.

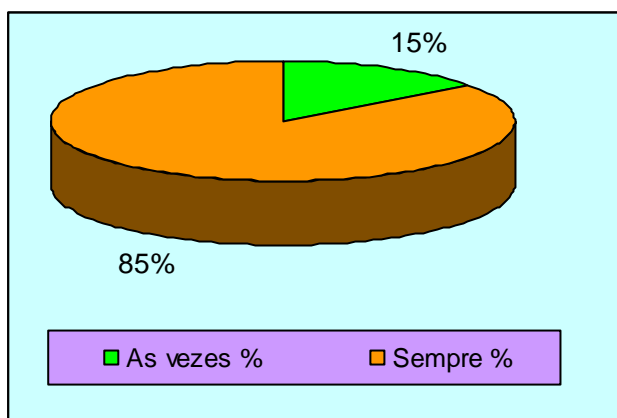


Gráfico 6: Opinião dos inqueridos a respeito da união e a ajuda entre as pessoas da comunidade em casos de necessidade

Fonte: Elaboração Própria (2010)

No que tange ao gráfico 4, 85% das associações responderam que em casos de necessidade, as pessoas da comunidade unem-se e ajudam entre si, que já é uma nota satisfatória para o desenvolvimento de qualquer comunidade.

Tabela 4: Cruzamento dos dados entre a actuação das organizações da economia solidária e o género dos inqueridos

Parâmetros		Género					
		Não optou		Feminino		Masculino	
		V.A	%	V.A	%	V.A	%
Actuação das organizações na área de economia solidária	Sim	0	0%	0	0%	2	100%
	Não	0	0%	2	40%	3	60%
	As vezes	0	0%	3	43%	4	57%
	Sempre	1	4%	8	30%	18	67%

Fonte: Elaboração Própria (2010)

Na tabela 5, cruzou-se a organização que actua na área da economia solidária e as organizações que actua na área que deram o seu contributo para a redução da pobreza no concelho. Do cruzamento, constatou-se que 43% das associações dirigidas por mulheres as vezes actua na área da economia solidária e 67% das organizações presididas por homens sempre actua na área da economia solidária. Dos 35% das associações das presididas por

mulheres que corresponde a um total de 12 associações afirmam que as vezes a sua organização tem vindo a contribuir para a redução da pobreza no concelho e 83% das associações presididas por homem afirma que sempre a sua organização tem vindo a contribuir para redução da pobreza no concelho.

Tabela 6: Cruzamento dos dados entre o género e a opinião dos inqueridos sobre a importância da economia solidária para a melhoria das condições de vida das populações

Parâmetros		Género					
		Não optou		Feminino		Masculino	
		V.A	%	V.A	%	V.A	%
Opinião dos inqueridos sobre a importância da economia solidária para a melhoria das condições de vida das populações	Sim	0	0%	0	0%	0	0%
	Não	0	0%	0	0%	0	0%
	As vezes	1	3%	11	33%	21	64%
	Sempre	0	0%	2	25%	6	75%

Fonte: Elaboração Própria (2010)

Na tabela 6 fez-se o cruzamento entre duas questões muito pertinente, nomeadamente a percepção dos líderes das associações a cerca das da economia solidária se tem vindo a contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas do concelho, a 33% das associações chefiadas por mulheres acham que as vezes e 75% chefiado por homens acham que sempre. Em casos de necessidades ambos afirmam que sempre há uma inter-ajuda muito forte, o que corresponde 37% chefiada pelas mulheres e 60% pelos homens.

Tabela: 7 Cruzamento dos dados entre a união das pessoas para ajudarem entre si em casos de necessidades e género

Parâmetros		Género					
		Não optou		Feminino		Masculino	
		V.A	%	V.A	%	V.A	%
União das pessoas para ajudarem entre si em casos de necessidades	Sim	0	0%	0	0%	0	0%
	Não	0	0%	0	0%	0	0%
	As vezes	0	0%	0	0%	0	100%
	Sempre	1	3%	13	37%	21	60%

Fonte: Elaboração Própria (2010)

De acordo com a tabela pode-se verificar que tanto os homens como as mulheres, tem um espírito de ajuda entre si em casos de necessidades. Conforme a tabela 37% das associações liderada por mulheres, que corresponde a 13 mulheres responderam que sempre em casos de necessidades reúnem-se entre si, e 60% das associações liderado por homens, que corresponde a 21 homens, também responder que sempre em casos de necessidades reúnem-se entre si, o que da uma nota positiva as comunidades no que tange a união da comunidade.

Tabela 8: Cruzamento dos dados entre o género do inquerido e mudanças nas comunidades com a criação das organizações da economia solidária

Parâmetros		Género					
		Não optou		Feminino		Masculino	
		V.A	%	V.A	%	V.A	%
Mudanças nas comunidades com a criação das organizações da economia solidária	Sim	0	0%	0	0%	0	0%
	Não	0	0%	1	33%	2	67%
	As vezes	1	3%	10	30%	22	67%
	Sempre	0	0%	2	40%	3	60%

Fonte: Elaboração Própria (2010)

Na tabela 7 fez-se um cruzamento entre as respectivas questões, nomeadamente se a comunidade tem tido mudanças significativas com a criação das organizações que actuam na área da economia solidária, cerca de 33% das associações inqueridas que é liderada por mulher afirmaram que não e 67% das associações liderada por homens afirmaram que não também, mas no tange a outra questão se as organizações que actuam na área da economia solidária 22% das associações inqueridas, presidida por mulheres afirmaram que as vezes são apoiado pelo Governo e cerca de 78% das associações liderada por homens também afirmaram que as vezes.

Tabela: 9 Cruzamento entre os dados entre o género do inquerido e a obtenção de apoios as organizações de economia solidária

Parâmetros		Género					
		Não optou		Feminino		Masculino	
		V.A	%	V.A	%	V.A	%
Obtenção de apoios às organizações de economia solidária	Sim	1	33%	1	33%	1	33%
	Não	0	0%	6	43%	8	57%
	As vezes	0	0%	4	22%	14	76%
	Sempre	0	0%	2	33%	4	67%

Fonte: Elaboração Própria (2010)

De acordo com a tabela onde fez-se o cruzamento entre as organizações que actuam na área da economia solidária e o género pode-se reparar que 43% das associações lideradas por mulheres afirmaram não ter apoios, enquanto que nos homens é o contrario, ou seja, 76% das associações liderado por homens afirmam ter as vezes apoios.

Tabela 10: Cruzamento dos dados entre a organização que actua na área da economia solidária e opinião dos inqueridos sobre a contribuição das organizações de economia solidária

Parâmetros		Organizações que actuam na área de economia solidária							
		Sim		Não		As vezes		Sempre	
		V.A	%	V.A	%	V.A	%	V.A	%
Opinião dos inqueridos sobre a contribuição das organizações de economia solidária	Sim	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não	0	0%	0	0%	1	100%	0	0%
	As vezes	0	0%	4	12%	6	18%	24	71%
	Sempre	2	33%	1	17%	0	0%	3	50%

Fonte: Elaboração Própria (2010)

No que tange a tabela 7 onde fez-se o cruzamento entre as organizações que actuam na área da economia solidária e se as organizações que actuam na área da economia solidária, se tem estado a contribuir para redução da pobreza no concelho de Santa Catarina de Santiago, onde chegou-se a conclusão que as associações em Santa Catarina de Santiago estão a dar o seu contributo para o desenvolvimento das suas comunidades. De acordo com tabela constatou-se

que 71% dos inqueridos responderam que as vezes e 50% responderam que sempre, o que da uma nota positiva, ao desempenho das associações.

Tabela 11: Cruzamento dos dados entre a Opinião dos inqueridos sobre a união das pessoas para ajudarem entre si em casos de necessidade e Economia solidária e melhoria das condições de vida das populações

Economia solidária e melhoria das condições de vida das populações									
Parâmetros		Sim		Não		As vezes		Sempre	
		V.A	%	V.A	%	V.A	%	V.A	%
Opinião dos inqueridos sobre a união das pessoas para ajudarem entre si em casos de necessidade	Sim	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	As vezes	0	0%	0	0%	5	83%	1	17%
	Sempre	0	0%	0	0%	28	80%	7	20%

Fonte: Elaboração Própria (2010)

Cruzando os dados da tabela 8 sobre a apreciação dos lideres associativos, 83% responderam que as vezes, e 80% responderam que sempre.

4.3. Análise e comentário das informações aplicadas aos sujeitos de pesquisa

O **Entrevistado 1** considera que o principal problema socioeconómico do concelho é a elevada taxa do desemprego, falta de enquadramento dos jovens, reinserção social e escolar.

Segundo a opinião do entrevistado 70% dos jovens que já terminaram o 12º ano está no desemprego, que consequentemente ficam excluídos do sistema social do concelho.

No que tange a segunda questão, como é que a economia solidária pode contribuir para a redução da pobreza no Concelho de Santa Catarina de Santiago, o entrevistado respondeu que só pode haver redução da pobreza no concelho se os serviços do concelho, nomeadamente a Câmara Municipal assinar uma parceria com os serviços desconcentrados do estado e as associações comunitárias no sentido de desenvolver um programa de acção social e apoiar sobretudo apoiar os jovens empreendedores do concelho na elaboração dos projectos investimento.

Relativamente a terceira questão, que políticas públicas devem ser implementadas de modo a contribuir para o desenvolvimento da economia solidária nesse Concelho, o entrevistado é da ideia de que a extensão de micro – crédito, sobretudo para as mulheres chefes de famílias e os jovens empreendedores, seria uma das políticas mais correcta.

No que concerne a quarta questão, que medidas e estratégias devem ser adoptadas de forma a reduzir a pobreza no concelho de Santa Catarina, o entrevistado afirma que a melhor estratégia é chamar todos os serviços do concelho, serviços desconcentrados do Estado, ONG's, associações, para uma conferência ou debate sobre a economia solidária, onde pode ser levada em consideração as estratégias das parcerias.

Na perspectiva de **entrevistado 2** o concelho é marcado por diversos problemas socioeconómicos nomeadamente: desemprego sobretudo na camada juvenil, pobreza, alguns casos de comportamentos de marginalidade, prostituição e droga.

No que tange a segunda questão, como é que a economia solidária pode contribuir para a redução da pobreza nesse Concelho, o entrevistado acha que um dos mecanismos fulcral é através de crescimento e desenvolvimento dos recursos tantos humanos, económicos e sociais.

Relativamente a terceira questão que políticas públicas devem ser implementadas de modo a contribuir para o desenvolvimento da economia solidária nesse Concelho, o entrevistado respondeu que tem que ser uma politica fortemente ligado a produção, crescimento, desenvolvimento da economia local, que também com uma boa produção em todos sectores, a população torna-se mais abastada, facilmente irá ter maior desenvolvimento da economia local, nomeadamente, energia eléctrica, agua, criar pontos de trabalho (FAIMO), porque Santa Catarina tem uma percentagem muito elevada de pobreza sobretudo nas zonas rurais e piscatórias.

Relativamente a quarta questão o entrevistado afirma que uma das medidas e estratégias principal que a autarquia local deve-se desenvolver é o desenvolvimento de todos os sectores produtivos do concelho, e que consequentemente contribuirá para o crescimento da economia solidária, e redução de desemprego no concelho.

Uma outra estratégia que a autarquia local deverá desenvolver é apostar nas formações

profissionais dos jovens do concelho e também a descentralização do Programa de Luta Contra a pobreza.

Para o **Entrevistado 3**, o principal problema de concelho é a insegurança habitacional, exclusão educativa, desemprego e carência de água.

No que concerne a segunda questão o entrevistado acha que a que a economia solidária pode contribuir para a redução da pobreza nesse Concelho através da organização das comunidades, reforçando a educação comunitária, promovendo entre – ajuda e micro – credito, actividade geradora de rendimento, alargando-se assim a base produtiva e conferindo oportunidade de emprego sobretudo a camada mais desfavorecida.

Na perspectiva do entrevistado, a principal política a ser implementada é a formação dos líderes comunitários, que actuam na linha da economia solidária, e a promoção do micro – credito e escoamento da produção bem como poção de serviços de turismo rural, bem como cultural

No que concerne a quarta questão o entrevistado acha que uma das medidas estratégicas a ser tomada é a macificação da formação profissional para os jovens. Atribuição de bolsas de estudos aos estudantes pobres constitui a primeira medida visando a oportunidade de mobilidade social ascendente. A promoção de negócios de pequenas e médias empresas nos domínios de agricultura, pecuária e dos serviços culturais, do turismo rural constituem a estratégia central para a promoção da economia local, redistribuição de rendimento e redução da pobreza.

A implementação de uma estratégia integrado a protecção social, com perspectivas de protecção de risco social, abordando os diversos ciclos de vidas de pessoas é uma estratégia importante para franje da população que não para ser atingida com mobilidade social ascendente de promoção empresarial.

A elaboração de um perfil da pobreza no concelho, é uma medida prioritária para informação sólida sobre a incidência a profundidade a localização e os determinantes da pobreza no concelho.

A **Entrevistada 4** considera que os principais problemas socioeconómicos do concelho de

Santa Catarina de Santiago, são o desemprego numa boa parte nas famílias monoparentais, pouca formação profissional para os jovens que terminaram o 12º ano, as desigualdades sociais, o fraco acesso a recursos financeiros para aqueles que pretendem gerar rendimentos.

A opinião da entrevistada sobre a contribuição da economia solidária para a redução da pobreza neste concelho é que deve haver melhor coordenação entre estruturas governamentais e não governamentais, para o aproveitamento das sinergias e recursos que devem ser prioritariamente encaminhados para os mais carenciados (habitação, água, energia, etc.).

As políticas públicas que devem ser implementadas de modo a contribuir para o desenvolvimento da economia solidária neste concelho são, a formação, equidade na distribuição dos recursos, saúde na prevenção e educação das populações, criação de recursos que garantem o acesso ao crédito para os jovens empreendedores, enfim uma política que assegure o desenvolvimento sustentado das famílias.

Medidas e estratégias devem adoptadas de forma a reduzir a pobreza no concelho de Santa Catarina de Santiago, isto é, um conjunto de acções integradas devem continuar a ser desenvolvidas para a infra-estruturação do Concelho (estradas, centro de formação profissional, liceus, habitação social para carenciados, etc.), a fim de o concelho ser mais competitivo e atrair investimentos.

Para a **Entrevistada 5**, o concelho caracteriza-se por vários problemas socioeconómicos: o desemprego, pelo seu impacto na sociedade, atingindo sobretudo a camada jovem, necessidade de criar alternativas para os jovens com o liceu concluído, a insuficiência de disponibilidade de recursos hídricos (água) em quantidade suficiente destinada a desenvolver a agricultura irrigada a um custo economicamente viável, habitações condignas constituem desafios de inúmeras famílias.

A economia solidária contribui para a redução da pobreza através da sua dinamização na mesma perspectiva e desenvolvimento do empreendedorismo, requerendo trabalho de sensibilização de toda a sociedade e a formação dos promotores/beneficiários directos.

A infra-estruturação do concelho, na visão deste entrevistado, requer, mais água, mais electricidade e mais estradas de penetração nas localidades, para que no futuro, elas possam estruturar-se e reconfigurarem-se em pequenas vilas.

Uma das principais políticas públicas a ser implementada para desenvolvimento da economia solidária, é a acessibilidade ao micro-crédito em condições vantajosas para financiamento de projectos credíveis (agricultura, pecuária, agro-negócios, pequenas unidades de conservação, outras áreas de prestação de serviços), cuja assistência técnica deve ser assegurada no quadro de políticas públicas definidas para o sector, a formação profissional deverá constituir aposta forte no quadro da dinâmica do empreendedorismo.

Medidas a serem adoptadas de forma a reduzir a pobreza no concelho Santa Catarina de Santiago devem ser estratégicas, de modo que tendo em conta a realidade do concelho em todos os vertentes económico, social, cultural, e, de ordem geográfica/climáticas, a autarquia local deveria montar um projecto junto com o programa de luta contra pobreza no sentido de diminuir a pobreza no concelho.

Conclusão

As associações comunitárias de desenvolvimento constituem parceiros incontornáveis na luta contra a pobreza nos territórios rurais. As parcerias e as acções desenvolvidas são testemunhos disso, contribuindo assim para a melhoria de vida das populações de Santa Catarina, sobretudo nas comunidades rurais.

Entretanto, nota-se um elevado grau de dependência destas organizações das ajudas externas, a fraca capacidade técnica e de gestão, assim como as dificuldades de uma participação de acordo com o modelo de desenvolvimento estabelecido. Nesta perspectiva, urge a necessidade de desenvolver acções de formação destinadas não só aos líderes, mas sim ao conjunto dos membros no geral, de forma a desenvolver uma outra visão da organização, não como apenas um meio de garantir o emprego e de ser seleccionados com os projectos que a organização leva a cabo.

Em linhas gerais, as associações comunitárias contribuíram e continuam a contribuir para o melhoramento das condições de vida das comunidades locais e não só, tornou-se num instrumento de promoção de desenvolvimento local em Cabo Verde.

O estudo sobre a economia solidária tem chamado atenção para a necessidade e confiança da cooperação, da participação, da solidariedade, e das acções voluntárias entre os membros de uma comunidade, como condições imprescindíveis e inalienáveis para o desenvolvimento local e comunitário, e, conseqüentemente a redução da pobreza em Cabo Verde.

A situação da pobreza continua inquietante nos meios rurais, resultante, em grande parte dos maus anos agrícolas verificados e da precariedade de alternativas de empregos e rendimentos e com tendência de agravamento nos espaços urbanos com o êxodo rural e as migrações internas.

Partindo de uma definição da economia solidária como conjunto de actividades contribuindo para a democratização da economia a partir de engajamentos de cidadania, o desafio que se coloca a este fenómeno não é o de um substituto da acção do Estado. Ao contrário, seu objectivo é muito mais o de uma articulação junto à esfera pública a fim de produzir uma reimbricação da economia num projecto político de integração social e cultural. É nesse sentido que se considera a economia solidária como emanação de acções colectivas, buscando a instauração de novos modos de regulação.

Quanto a empreendimentos solidários, basta reconhecer a possibilidade de acções empreendidas sem fins lucrativo, ou que subordinam o fim lucrativo a outras considerações não instrumentais. A associação tal como o dom, segundo Mauss, assenta sobre um princípio de liberdade e de obrigações intimamente misturados através do qual se realizam interesses comuns.

A pobreza na maior parte das vezes é condição social. A falta de dinheiro obriga as pessoas a morar juntas onde o custo de morar é baixo. A necessidade em que se encontram as famílias nessas comunidades torna a prática da ajuda mútua indispensável à sobrevivência. Assim sendo, combater a pobreza requer o desenvolvimento da economia das comunidades pobres em seu conjunto, de modo a beneficiar todos os integrantes.

Esse desenvolvimento pode ser induzido por agentes externos, ONGs, igrejas, governos etc., que mobilizam a comunidade, provocam a formulação de projectos de novas actividades económicas, e/ou, melhora das existentes e ajudam em sua implementação. O desenvolvimento que combate a pobreza é solidário e isso já vem sendo comprovado na prática em diversos lugares.

É minuciado com esses óculos teóricos que procedemos à definição, construção e delimitação do nosso objecto de pesquisa. No essencial, o objectivo consiste na tarefa de

tentar responder a questão: *Até que ponto a economia solidária contribui para a redução da pobreza no concelho de Santa Catarina de Santiago?* A partir desta questão formulamos uma hipótese segundo a qual a parte-se da hipótese de que a redução da pobreza/exclusão social em qualquer região, país, ou comunidade e em particular no concelho de Santa Catarina de Santiago depende sobretudo da dinamização da economia solidária

Das análises das informações compiladas, uma das principais conclusões resultantes desta pesquisa é a constatação de que o desenvolvimento de uma economia solidária contribui grandemente para a redução da pobreza no concelho de Santa Catarina de Santiago. Existem pois muitas associações comunitárias nesse concelho, embora não sejam identificadas e denominadas sob o rótulo de economia solidária, entretanto, se estruturam, organizam e funcionam segundo princípios e valores das associações de economia solidária.

A relevância do papel dessas organizações enquanto formas alternativas e autónomas de regulação e forças de mobilização, socialização, dinamização e coesão social no meio rural é inquestionável. É de salientar, nomeadamente, o que elas têm representado e o desempenho que as mesmas vêm apresentando na luta para a erradicação da pobreza e desertificação no meio rural, não obstante se ter constatado também suas imensas vulnerabilidades e constrangimentos em levar avante a realização dos seus objectivos e ideais de emancipação e de desenvolvimento das respectivas comunidades.

De uma maneira geral, constatamos que o concelho de Santa Catarina de Santiago geme certos problemas socioeconómicos, em como o desemprego generalizado, insuficiência de recursos hídricos para desenvolver a agricultura, necessidade de portos de maiores dimensões, e, o fraco acesso ao micro-crédito para aqueles que pretendem gerar rendimentos.

Pode-se afirmar que a hipótese, a pergunta de partida formulada e os objectivos foram confirmados, na medida em que as associações comunitárias e outras Organizações da Sociedade Civil constituem estratégias e motores para promoção do desenvolvimento local e comunitário.

Observamos ainda que uma situação que se revela ambivalente porque não obstante construir uma vulnerabilidade séria aos esforços de implantação, desenvolvimento e consolidação da economia solidária no concelho de Santa Catarina de Santiago, é, ao mesmo tempo um desafio à capacidade de inovação não apenas na geração de soluções já experimentadas ou não em outros contextos da realidade social.

Bibliografia

CAILLÉ, A. *Dé Penser l'économique: contre le fatalisme*. Paris : La Découverte/M.A.U.S.S., 2005.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes 1998.

CATTANI, António D. (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CONSELHO de MINISTROS, *As grandes opções do plano – Uma agenda estratégica*, Praia, (2001a)

DEMO, P. *Pobreza da Pobreza*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FRANÇA-FILHO, G.C. *Terceiro sector, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais*. Bahia - análise e dados, Salvador: SEI, v.12, n.1, p.9-19, 2002.

FRANÇA FILHO, G. e DZIMIRA, S. “Dádiva e economia solidária”, pp.136-164, in MARTINS, P. e NUNES, B. (orgs). *A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea*, Brasília, Paralelo 15, 2004.

FRANÇA FILHO, G. e LAVILLE, J-L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz I. *L'économie solidaire au Brésil*. Revue du M.A.U.S.S., Paris, n. 21, p. 80-96, 2003.

INE (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS) (2003a), *Discurso do Presidente do INE* (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS) (2004d), *O Perfil da pobreza em Cabo Verde*, Praia.

MANCE, Euclides A. A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização actual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTINS, P. e NUNES, B. (orgs). A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea, Brasília, Paralelo 15, 2004.

MFP (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO) (2004a), Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP), Praia.

MFPDR (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL) (2002a), Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005 – Volume I, Praia.

NASCIMENTO, E. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários, in Burstyn, Marcel (org.) – No meio da rua. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.

PNUD (2004a), Rapport National sur le Développement Humain Cap Vert – 2004, Praia.

RCV (REPÚBLICA DE CABO VERDE) (1997), Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, Praia.

SCHERER-WARREN, I. et Al, Uma revolução no quotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul (mimeo), 1997.

SINGER, P. “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”, pp. 81-130, in SANTOS, B. (org) Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. et SOUZA, A. (orgs). A economia solidária no Brasil : a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1996.

Apêndice ou anexo



Apêndice 1

Guião de Questionário Integrado

Este guião de questionário é parte integrante da monografia intitulada “Economia Solidária e Redução da Pobreza no Concelho de Santa Catarina”, inserida no âmbito do curso de Licenciatura em Serviço Social realizado pela Universidade Jean Piaget Cabo Verde.

O objectivo é recolher as opiniões de inqueridos sobre a Economia Solidária e o seu impacto na redução da pobreza no concelho de Santa Catarina.

A sua colaboração é indispensável para realização deste trabalho. Sendo assim, agradecemos que responda com sinceridade e todas questões formuladas, tendo em consideração que as respostas serão utilizadas para fins académicos, salvaguardando a confidencialidade das mesmas.

Em cada uma das perguntas que se segue, marque com uma cruz [x] a frente da resposta que considere mais apropriada.

Questionário nº ____ Pesquisador _____

Comunidade de aplicação de questionário _____

Dia da Semana _____ Código _____

A. Informações pessoais

Q1. Sexo

[] Feminino Masculino []

Q2. Idade

[] 18-25 [] 26-33 [] 34-41 [] 42-49 [] 50-57 [] 58-65 [] 66 e +

Q3. Habilitação literária

Não tem EBI E. Secundário completo E. Secundário incompleto Formação
Técnica Profissional Formação Média Superior

Q4.É membro de alguma organização que actua na área de economia solidária?

Sim Não

B. Roteiro de perguntas sobre economia solidária e redução da pobreza

Q5.As organizações que actuam na área da economia solidária têm vindo a contribuir para a redução pobreza no Concelho de Santa Catarina?

Não respondeu Não As vezes Sim

Q6.Acredita que o desenvolvimento de uma economia solidária tem vindo a contribuir para melhorar as condições de vida das populações desse concelho?

Não respondeu Não As vezes Sim

Q7.Em casos de necessidades, as pessoas da sua comunidade unem-se e ajudam entre si?

Não respondeu Não As vezes Sim

Q8.A sua comunidade tem conseguido mudanças significativas com a criação das organizações que actuam na área da economia solidária?

Não respondeu Não As vezes Sim

Q9. As organizações que actuam na área da economia solidária têm conseguido apoios do Governo?

Não respondeu Não As vezes Sim

Muito obrigado pela sua colaboração!

Emanuel Coelho Cabral

Apêndice 2

Guião de Entrevistas

Este guião de entrevista é parte integrante da monografia intitulada “**Economia Solidária e Redução da Pobreza no Concelho de Santa Catarina**”, inserida no âmbito do curso de Licenciatura em Serviço Social realizado pela Universidade Jean Piaget Cabo Verde.

O objectivo é recolher as opiniões do entrevistado sobre a Economia Solidária e o seu impacto na redução da pobreza no concelho de Santa Catarina.

A sua colaboração é indispensável para realização deste trabalho. Sendo assim, agradecemos que responda com sinceridade e todas questões formuladas, tendo em consideração que as respostas serão utilizadas para fins académicos, salvaguardando a confidencialidade das mesmas.

I. Informações gerais

Nome do entrevistado _____

Cargo/função _____

Instituição em que trabalha _____

Data da realização da entrevista _____ Código _____

II. Roteiro de perguntas

1. Quais os principais problemas socioeconómicos do concelho de Santa Catarina?
2. Como é que a economia solidária pode contribuir para a redução da pobreza nesse Concelho?
3. Que políticas públicas devem ser implementadas de modo a contribuir para o

desenvolvimento da economia solidária nesse Concelho?

4. Que medidas e estratégias devem ser adoptadas de forma reduzir a pobreza no concelho de Santa Catarina?

Muito obrigado pela sua colaboração!

Emanuel Coelho Cabral